

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE	CÓDIGO DA FICHA				
	PA	04	01	10	F11 01
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Mesorregião Metropolitana de Belém
LOCALIDADE	Belém
MUNICÍPIO / UF	Belém/PA

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O **ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS**.



Vista aérea de Belém a partir Baía do Guajará. Ao fundo, o rio Guamá. Fonte: Belém do Pará. São Paulo. ALUNORTE, 1995. p. 107, fotografia de Luiz Braga. Biblioteca Ernesto Cruz, IPHAN/PA.

Vista aérea de Belém destacando-se a praça Frei Caetano Brandão (Largo da Sé) e a igreja de Sto Alexandre. Fonte: Belém do Pará. São Paulo. ALUNORTE, 1995. p. 53, fotografia de Luiz Braga. Biblioteca Ernesto Cruz, IPHAN/PA.



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01**

Tomada da Praça do Relógio vendo-se ao fundo as torres do Mercado de Peixe e parte do casario. Fonte: Os caminhos de Belém the routes of, 1996, p. 88, fotografias de José de Paula Machado e Nelson Monteiro. Biblioteca Ernesto Cruz, IPHAN/PA.

Embarcações na Doca do Ver-o-Peso. Fonte: Os caminhos de Belém the routes of, 1996, p. 104, fotografias de José de Paula Machado e Nelson Monteiro. Biblioteca Ernesto Cruz, IPHAN/PA.



Rua do Centro Histórico, Thomazia Perdigão, com calçada revestida de pedra de lioz tendo ao fundo a capela de São João Batista. Fonte: Os caminhos de Belém the routes of, 1996, p. 63, fotografias de José de Paula Machado e Nelson Monteiro. Biblioteca Ernesto Cruz, IPHAN/PA.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS**.

SÍNTESE
Patrimônio Cultural Festas Religiosas: Círio de Nazaré A maior manifestação religiosa do Município de Belém e uma das maiores do Brasil é o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, (considerado o “Natal do paraense”) realizado no segundo domingo de outubro. As comemorações do Círio começam 30 dias antes, com a celebração da Missa do Mandato, pelo arcebispo metropolitano, que dá início às peregrinações de Nossa Senhora, quando as réplicas das imagens percorrem todos os bairros de Belém de casa em casa com novenas noturnas. Nesse período, as famílias católicas reúnem-se diariamente com vizinhos para rezar o terço e refletir sobre diversos temas, em preparação espiritual para a grande festa. A partir de sexta-feira, antevéspera do Círio, começam as grandes homenagens à Nossa Senhora de Nazaré. A primeira delas é a Rodo-Romaria, que seguida por carros e caminhões enfeitados leva a imagem do Colégio Gentil Bittencourt até Ananindeua. No sábado de manhã cedo a imagem é levada até a Vila de Icoaraci. De lá segue em romaria fluvial, desde 1986, com centenas de embarcações, até a Praça Pedro Teixeira em Belém. Assim que chega em terra, a pequena imagem é conduzida em veículo especial e seguida por uma Moto-Romaria, que a leva de volta ao Colégio Gentil Bitencourt. No sábado à noite, a partir das 19 horas, começa a Trasladação. A berlinda, com a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, é levada até a Catedral da Sé, fazendo o trajeto contrário do Círio. No domingo de manhã, a procissão leva a pequena imagem da virgem de Nazaré ornamentada com flores pelas ruas da cidade na grande procissão em direção a Basílica de Nazaré, cumprindo um ritual de mais de 200 anos. A berlinda é puxada por uma grossa corda onde os romeiros, em grande sacrifício, vão segurando como pagamento de promessa, do início ao fim da procissão. O Círio atrai milhares de devotos que vem à romaria agradecer por uma graça alcançada. Simbolizando isso, levam na cabeça casas, barcos, pedaços do corpo em cera e os mais variados objetos que representam o que teriam conseguido com a fé à Virgem. Os romeiro e promesseiros vem de todos os cantos do interior do Pará e de outros Estados, o que confirma a tradição de uma das maiores manifestações de fé do Brasil. Folclore O folclore é uma das manifestações mais ricas da cultura popular belemense e é de uma expressividade autêntica. Entre as manifestações culturais mais apreciadas estão os Folguedos Populares. Em junho, os Cordões de Pássaros, os Bois-Bumbás, as Quadrilhas, as Pastorinhas e as festas de “Arriaiá”, animadas pelos conjuntos típicos ou pelas aparelhagens e sacudidas por rojões e foguetes que esquentam as noites. Em julho as festas transferem-se para as praias mais próximas, já que é o mês de férias dos paraenses. Nos finais de semana as aparelhagens tomam conta da cidade, dividindo espaços com espetáculos de cantores e músicos da cidade. Gastronomia A culinária paraense é considerada uma das mais típicas e variadas do Brasil. É uma culinária exuberante. Os pratos típicos utilizam produtos naturais, herança de povos tradicionais da Amazônia. Dentre os mais famosos pratos típicos da gastronomia local estão o Pato do Tucupí e a Maniçoba (também conhecida como a

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE

PA

04

01

10

F11

01

“feijoada” dos paraenses). A variedade de peixes que povoam os rios da região é reeponsável pela diversidade de pratos.

Nas esquinas das principais ruas de Belém, há bancas de Tacacá (tacacazeiras). Além disso, vendem também outras iguarias como o vatapá e o carurú paraenses, constituindo-se na maioria das vezes como uma refeição completa, hábito bastante cultivado pela população local.

Mais de uma centena de espécies de frutas regionais podem ser encontradas no Ver-o-Peso, mercados, supermercados, etc, da cidade de Belém. Destacam-se o açaí, a bacaba, o cupuaçu, a castanha-do-pará, o bacuri, a pupunha, tucumã, murucí, piquiá e taperebá.

O açaí, popularizado como energético, também é vendido em centenas de barraquinhas de rua, sinalizadas com uma bandeira vermelha onde está escrito o nome do produto.

Além de refrescos, pudins, tortas, cremes, licores, compotas, mousses e balas – entre outras do Pará, pode-se encontrar em Belém ainda outras delícias de confecção artesanal e sabor caseiro, como: beijo de moça, munguzá, ou mingal de milho, beiju de mandioca, mingau de banana verde, tapioquinha, mingau de açaí, de bacaba, etc.

Artesanato

Belém possui um artesanato expressivo. Apresenta grande variedade de produtos, desde pequenos objetos de uso pessoal (colares, anéis, etc), utensílios caseiros e decorativos (cerâmica, vasos, bacias, etc), além de outros artigos em couro, madeira, barro e fibras regionais que podem ser encontrados no Ver-o-Peso nos finais de semana, na Praça da República. Entretanto, o destaque especial é dado à cerâmica marajoara (da ilha do Marajó), tapajônica (da região do tapajós – Santarém), maracá (do Amapá) e cerâmica de Icoaraci (estilizadas a partir das cerâmicas marajoara e tapajônica, permitindo maior uso doméstico), cultura deixada como herança pelos índios e que hoje é fonte de renda para muitos moradores de Icoaraci, um dos centros produtores do artesanato paraense, localizado a 20 km de Belém.

Fonte: SEPOF – estatísticas municipais – Belém, 2008.

4. DESCRIÇÃO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

População: 1.437.600 habitantes (IBGE, estimativa 2009)

Área da Unidade Territorial: 1.065 km².

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,81 Pnud/2000

População urbana: 1.272.354 (IBGE, 2000)

População rural: 8.260 (IBGE, 2000)

Taxa de analfabetismo: % acima de 15 anos: 5,04 (IBGE, 2000)

Localização da Sede Municipal: 01°27'20" de latitude sul e 48°30'15" de longitude a Oeste.

Gentílico: belenense

Ano de instalação: 1616

Distritos: sede municipal, Icoaraci e Mosqueiro

LIMITES

Ao Norte – Baía do Marajó

Ao Sul – Município de Acará

A Leste – Municípios de Ananindeua, Santo Antonio do Tauá e Santa Bárbara do Pará

A Oeste – Baía do Guajará e Baía do Marajó

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE		PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

O município de Belém está localizado na região nordeste do estado do Pará, na confluência do rio Guamá com a baía do Guajará, que faz parte do sistema hídrico composto pela foz do rio Tocantins, rio Pará, baía de Santo Antonio e baía do Marajó.

O território do município é constituído de uma parte continental e de uma insular composta por cerca de 40 ilhas. Com uma área de 1.065 km² (IBGE 2000), Belém está localizada na faixa equatorial conhecida como faixa de depressão da Amazônia Central, a aproximadamente 160 km da linha do Equador. A cidade está a uma altitude de 11 metros acima do nível do mar e edificada, em grande parte, sobre uma ponta de terra compreendida entre a baía de Guajará e o rio Guamá. Belém faz limites com a baía do Marajó, baía do Guajará, Santo Antonio do Tauá, Ananindeua, Santa Bárbara, Marituba e Acará

A Região Metropolitana de Belém, criada pela lei complementar nº 144, de 8 de junho de 1973, foi inicialmente constituída pelos municípios de Belém e Ananindeua. Com as mudanças oriundas da Constituição Federal de 1988, passou a ser de competência dos estados a criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Desta forma, através da lei complementar estadual nº 27, de 19 de outubro de 1995, a região metropolitana foi ampliada, passando a ser constituída pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides, acrescida do município de Santa Bárbara, em 1996. Assim constituída, a Região Metropolitana de Belém corresponde a uma área de 1.827,7 km² e abriga uma população de 1.870.003 habitantes (IBGE/2000)

Fonte: IBGE, censos de 1991 e 2000 e contagem da população 2009.
Atlas de Desenvolvimento Humano PNUD/2000.
SEPOF – estatísticas municipais – Belém, 2008.

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O clima de Belém é quente e úmido com precipitação média anual alcançando os 2.834 mm. A temperatura média é de 25^o C em fevereiro e 26^o C em novembro. Conforme a classificação de Koppen, que se baseia na distribuição anual da precipitação e nos valores da temperatura média mensal e anual, o clima de Belém pode ser classificado como Afi (correspondente ao clima tropical chuvoso sem estação seca), caracterizando-se por apresentar altas temperaturas (média anual de 26^o C), ventos de pouca velocidade intercalados com momentos de calmaria, altos índices de umidade relativa do ar (em Belém ela nunca é inferior a 80%) e precipitações abundantes (a média anual varia entre 2600 e 3200 milímetros).

Resumindo, o clima de Belém é classificado como úmido, devido a sua localização geográfica (quase sobre a linha do Equador, entre o mar e a Floresta Amazônica), sendo influenciado pela convergência intertropical, a qual provoca dois momentos climáticos: um que vai de dezembro a maio com chuvas abundantes, maior nebulosidade, menor insolação, menor ventilação e menor evaporação; outro que vai de junho a novembro, com menor pluviosidade, menor nebulosidade, maior insolação, maior ventilação e maior evaporação, resultando menor umidade relativa do ar” (1).

No município a topografia é pouco variável e baixa, atingindo 25 metros na ilha de Mosqueiro, ponto de altitude máxima. Na área urbana da cidade de Belém, grandes áreas estão abaixo da cota de 4 metros, sofrendo influência das marés altas e tendo dificuldade no escoamento nas águas da chuva. São as chamadas “baixadas de Belém”.

A caracterização dos solos de Belém é dificultada em função dos numerosos aterros efetuados, com a utilização de um material composto basicamente por argilas orgânicas superficiais, que passa por um processo de transformação química lenta, dificultando o conhecimento exato das características e tipo de solo para a qual a mesma está convergindo. A partir de sondagens efetuadas por empresas de construção classificou-se o solo de Belém como heterogêneo e extremamente errático, com estratigrafia definida somente em determinadas áreas.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01**

De acordo com dados do Anuário Estatístico de Belém, de 1988, os solos do município apresentam as mesmas características dos solos da região Bragantina, caracterizados pela presença de latossolo amarelo distrófico de textura média, concrecionários lateríticos indiscriminados de textura indiscriminada; gei eutrófico e distrófico, solos aluviais eutróficos e distróficos de texturas indiscriminadas.

Com relação aos recursos hídricos, o sistema hidrográfico de Belém pode ser subdividido de acordo com a influência sofrida pelas diferentes bacias hidrográficas do município no que diz respeito ao Rio Guamá e a Baía do Guajará.

A bacia hidrográfica do rio Guamá é formada pelas micro-bacias dos rios: Estrada Nova, do Tucunduba, do Bosquinho, do Murutucu, da Água Preta e do Aurá. Algumas localizam-se em áreas densamente povoadas causando sérios problemas de contaminação destas águas, utilizadas para o abastecimento público de Belém.

No que diz respeito às bacias sobre influência da baía do Guajará podemos citar: do Tamandaré, do Comércio, do Reduto, das Armas, do Una, de Val-de-Cães, do Cajé, do Tapanã, do Paracuri e do Maguari.

A confluência da baía do Guajará com a foz do rio Guamá, faz com que os cursos d'água provenientes destas bacias permitam a penetração das marés provenientes tanto da baía quanto do rio, causando assim o surgimento de áreas alagadas denominadas de baixadas.

Os índices de contaminação das águas da baía de Guajará já se apresentam bastantes comprometedores para sua utilização como recreação, pesca e indiretamente o abastecimento através da relação hidrodinâmica de suas águas com as do rio Guamá, onde é feita a captação e posterior bombeamento para o lago Água Preta (2).

As ilhas mais importantes são: Grande, Ilhinha, Marinheiro, Combu, Patos, Jararaca, Uruboca, Nova Paquetá, Jutuba, Croinha, Cotijuba, Mosqueiro, Caratateua, Papagaio, Camurau, Conceição e Maruim.

A cobertura vegetal do Município compõe-se de floresta secundária ou capoeiras que substituíram a antiga floresta densa dos baixos platôs, da qual testemunhos ainda são encontrados em Mosqueiro, Caratateua e áreas adjacentes.

De acordo com o Plano Setorial de Revitalização do Centro Histórico de Belém, “a cidade de Belém está situada em uma região compreendida por áreas consideradas altas e de baixadas, caracterizando as planícies de alagação. As áreas altas eram originalmente recobertas por vegetação de terra firme, cuja tipologia pode ser ainda observada em alguns pontos isolados da cidade, e com mais abundância em seus arredores. Nessas áreas encontram-se grande parte das nascentes dos igarapés que drenam para o interior da cidade e deságuam na baía de Guajará. Nas baixadas pode-se verificar em alguns pontos resquícios da vegetação de várzea e matas de igapó, com sistema de drenagem bastante intenso e meandrado, conformando muitas vezes um conjunto de ilhas fluviais, como a região do Mosqueiro. Em terrenos de instituições públicas e federais, nos quais o acesso é dificultado para a população, a vegetação primitiva está mais preservada, podendo em algumas áreas apresentar seu aspecto original. Os limites entre as matas de terra firme e as matas alagadas são bem definidos, sem transição, representados por um tipo de barranco. Com a ocupação dessas áreas e o seu conseqüente desmatamento, esses contornos vão sendo erodidos e o material resultante carregado para o leito dos cursos d'água, intensificando os processos de assoreamento”(3). Na área correspondente ao Centro Histórico de Belém (constituída pelos bairros da Cidade Velha e da Campina), nada mais resta da vegetação original. Encontra-se alguma vegetação nas praças, sendo composta por espécies exóticas, principalmente mangueiras (*Mangifera indica*), encontradas também em outros pontos da cidade.

O Anuário Estatístico de Belém (1988) alerta para a alteração da cobertura vegetal, observada utilizando-se imagens LANDSAT - TM/ 1996, que era de 54,73%. A situação é considerada preocupante, considerando-se o tamanho do município, a velocidade do desmatamento, a crescente ocupação urbana e a dilapidação das florestas remanescentes, restando florestas pobres, com funções e estruturas alteradas (4).

Com relação ao aspecto ambiental, as unidades de conservação no município de Belém são: PARQUE AMBIENTAL DE BELÉM, criado pelo decreto nº 1.552, de 03 de maio de 1993, com uma área de 1300 ha e com o objetivo de proteção sanitária dos lagos Bolonha e Água Preta, que abastecem a população de Belém; PARQUE MUNICIPAL DA ILHA DO MOSQUEIRO, criado pelo Decreto nº 26.138, de 11 de novembro de 1993, com uma área de 182 ha, com o objetivo de preservar a cobertura vegetal nativa da ilha do Mosqueiro;

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS MANANCIAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE BELÉM, criada pelo Decreto nº 1.551, de 3 de maio de 1993, com uma área de 7500 ha e que tem como objetivo assegurar a potabilidade da água dos mananciais, através da recuperação e da manutenção da qualidade ambiental dos lagos Água Preta e Bolonha, do rio Aurá e respectivas bacias hidrográficas; PARQUE ECOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, criado pela lei nº 7.539, de 19 de novembro de 1991, com uma área de 44 ha, com o objetivo de preservar os recursos naturais de Belém.

NOTAS:

- (1) UNESCO/PREFEITURA DE BELÉM. Ver Belém, Plano de revitalização do Centro Histórico de Belém. P. 18.
- (2) IDEM. P. 17.
- (3) IDEM. P. 18.
- (4) *Anuário Estatístico do Município de Belém*. Belém: SEGEP, 1999. v. 5. p. 17.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Nas primeiras décadas do século XVII Belém inicia seu processo de urbanização, ganhando o traçado de suas primeiras ruas. Em todo caso, a produção do patrimônio urbano e arquitetônico em Belém se intensificou a partir da primeira metade do século XVIII, incentivada pela riqueza gerada pela economia baseada na comercialização das chamadas “drogas do sertão”: cacau, baunilha, salsaparrilha, pimenta, cravo, canela, óleos vegetais e raízes aromáticas. A importância destes produtos para economia da Amazônia era tão grande que eles eram usados como moeda. Segundo Ernesto Cruz, com as “drogas do sertão” pagavam-se os impostos, os soldados das tropas e compravam-se escravos (1). Somente em 1749 começou a circular na Capitania o dinheiro em moedas de ouro, prata e cobre, substituindo as “drogas do sertão” como moeda corrente. Em todo caso, foi com a riqueza produzida com estes produtos que surgiram as primeiras grandes construções arquitetônicas como o Colégio dos Jesuítas (igreja de Santo Alexandre) e a Catedral da Sé.

Em 1753 chega à cidade a comissão para demarcação de fronteiras, e entre os membros da expedição estava o italiano Antônio José Landi, que se tornou o principal arquiteto da cidade colonial, e que projetou os edifícios mais importantes de Belém no século XVIII. Nesse primeiro momento o arquiteto conclui obras que encontravam-se paralisadas na cidade, realizando modificações nas linhas originais, redesenhando fachadas e plantas, como no caso da igreja do Carmo, das Mercês e da Sé, que estavam sendo executadas ou paralisadas, além de outros, como igreja de Nossa Senhora do Rosário, igreja de Santana e igreja de São João Batista. A presença de Landi em Belém “marcou, de forma indelével, a história da arquitetura de Belém do século XVIII, dando-lhe mesmo uma singularidade em relação as demais arquiteturas produzidas no Brasil”.(2)

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, sob o impulso da riqueza produzida pela borracha, ocorreu outra renovação na estrutura edificada em Belém. Com o dinheiro acumulado com a borracha, Belém passou por uma série de transformações em seu espaço urbano. Construíram-se grandes palacetes, teatros, largas avenidas, *boulevards*, bosques e praças. Fiel a esse projeto de embelezamento da cidade, o governo tratou de retirar do centro da cidade a população mais pobre. As casas populares e os cortiços que ficavam no centro da cidade foram demolidos e a população pobre foi expulsa para as periferias. A riqueza gerada com a borracha não era para todos. Em Belém, o principal sujeito dessa política foi o intendente (prefeito) Antônio Lemos, que administrou a cidade entre 1897 e 1911. Através do jornal “A Província do Pará”, Lemos procurava fazer a propaganda de sua política reformadora, contribuindo para inventar a idéia de que Belém vivia uma “*Belle-Époque*” (bela época).

Acreditavam as elites que para se igualar a Paris ou Londres, Belém tinha que possuir as instituições que fundamentavam o que seria uma cidade civilizada. Foi nesse sentido que se construiu em Belém o Mercado de Ferro de São Brás, o Asilo Dom Macedo Costa, a caixa d’água de São Brás, a Basílica de Nazaré, o Teatro da Paz, o Cine Olímpia, a Praça da República, o Mercado de Ferro do Ver-o-Peso, etc. A plantação de

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01**

mangueiras no centro de Belém também foi feita nesse período (3).

Para a população mais pobre restava ver suas casas demolidas ou invadidas por policiais, seus rituais religiosos (de tradição afro-indígena) serem perseguidos e definidos como feitiçaria e seu comportamento controlado pelos códigos de postura. Mas, da mesma forma que os seringueiros no meio da mata, a população pobre das cidades também criou e recriou suas estratégias de luta e “resistência”.

Enquanto referências espaciais e arquitetônicas em Belém do Pará destacam-se os seguintes marcos: igreja da Sé, igreja de Santo Alexandre, igreja de Santana, igreja do Carmo, igreja das Mercês, Basílica de Nazaré, colégio Gentil, Forte do Castelo, palácio Antonio Lemos, palácio Lauro Sodré, praça do Relógio, Banco do Brasil (agência Presidente Vargas), Museu Emílio Goeldi, CODEM, estádio Olímpico (Mangueirão), Teatro da Paz, praça Batista Campos, praça da República, prédio da Receita Federal, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade da Amazônia (UNAMA), Bosque Rodrigues Alves, Instituto de Educação do Pará (IEP), Mercado de São Brás, Monumento da Cabanagem, prédio do O Liberal (antigo), Shopping Castanheira, Torre da RBA e TV Liberal.

Destes marcos edificadas, os mais significativos são:

CATEDRAL DA SÉ:

Depois de duas construções precárias, a construção da nova Catedral foi ordenada em 1730 por Dom João V. Entretanto, sua pedra fundamental somente foi lançada em 1748, em área voltada para a igreja e colégio dos Jesuítas. O arquiteto italiano Antônio José Landi foi convocado para assumir as obras da igreja ao chegar em Belém, em 1753, e encontrou-a em obras. A fachada já erguida até o entablamento, sendo de autoria do arquiteto, a parte superior desta, acima do entablamento, além de vários elementos no interior do edifício. O altar-mor original, de talha de madeira, que já não existe mais, foi substituído, no século XIX, por outro de mármore que ainda permanece no local. A igreja foi concluída em 1771 e, já no século XIX, durante o bispado de Dom Macedo Costa, passou por uma reforma que lhe retirou o retábulo e os altares do transepto. Oferta do Papa Pio XI, o novo retábulo elaborado em mármore pelo escultor italiano Luca Carimini, ao gosto neoclássico, veio de Roma e foi concluído em 1822. A elaboração das pinturas de cavalete das capelas laterais couberam aos pintores italianos Domenico de Angelis, Paulo Descwanden (3.1) Giovanni Capranesi e Sperindio Aliverti. A Catedral se caracteriza por uma mescla da arquitetura tardo barroca italiana, resquícios do período colonial e alguns elementos decorativos com ligeira influência do rococó. Pertence à Arquidiocese de Belém e foi objeto de tombamento federal no ano de 1941. Está localizada na Praça Frei Caetano Brandão, no bairro da Cidade Velha. É o ponto de partida do Círio de Nazaré. (4)

IGREJA DE SANTO ALEXANDRE:

Situada no lado norte da praça Frei Caetano Brandão, a atual igreja de Santo Alexandre é a terceira edificação erguida no local. A primeira, construída de taipa e cobertura de telhas, foi inaugurada em 1653. A segunda edificação foi concluída em 1668 e, finalmente, em 1719, ocorreu a abertura dos trabalhos da edificação atual, consagrada a São Francisco Xavier.

A igreja tem planta característica das construções jesuíticas, com apenas uma nave, ladeada por 4 capelas laterais de cada lado, sendo que as mais próximas da capela-mor são maiores, mais profundas e mais altas, marcando o transepto.

A capela – mor é ornada por um retábulo entalhado na madeira, de estilo barroco, cujo douramento foi retirado. As paredes laterais são divididas com talhas em painéis, muito provavelmente destinados à pinturas de cavalete.

São notáveis também, os púlpitos barrocos que ladeiam a nave, tanto pela dimensão quanto pela riqueza do trabalho de talha. Também, nesse caso, já não existe o douramento. Quanto ao aspecto exterior, a igreja segue o partido de composição compacta que caracteriza a ordem, entretanto, alguns elementos ganham dimensão fora da escala do conjunto. A grande voluta que se esparrama sobre as torres e a proporção atarracada destas são as características marcantes da fachada.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE		PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

O colégio surgiu juntamente com a igreja e seguiu o padrão adotado pelos inacianos de construir o Colégio em continuação à igreja; mantendo o mesmo alinhamento frontal. No caso de Santo Alexandre, a igreja já foi construída com as duas torres, ficando o colégio justaposto a uma delas.

A fachada, expressiva da arquitetura de origem lusitana, é composta por três ordens de abertura, sendo as do térreo com peitoris e as superiores com sacadas isoladas e gradil. O aspecto edificado do colégio, que se manteve parcialmente descaracterizado, sofreu intervenção recente realizada pela Secretaria de Estado da Cultura-SECULT, com eliminação dos acréscimos espúrios e adequação do conjunto jesuíta para abrigar o Museu de Arte Sacra. Os edifícios da igreja e do antigo colégio são propriedades da Arquidiocese de Belém cedidos para o governo do estado/SECULT através de comodato. O conjunto jesuíta foi tombado pela União no ano de 1941. (5)

Em 1998, o conjunto formado pela Igreja de Santo Alexandre e o antigo palácio Episcopal passaram a funcionar como o Museu de Arte Sacra do Pará (MAS), inaugurado em 28 de setembro de 1998. A obra integra o projeto Feliz Lusitânia, empreendido pelo governo do Estado, através da Secretaria Executiva de Cultura (SECULT), com o objetivo de restaurar o patrimônio pertencente ao primeiro sítio urbano da cidade de Belém. Fazem parte do projeto, ainda, um casario anexo à igreja de Santo Alexandre, o Forte do Castelo e a Casa das Onze Janelas, marcos da colonização na Amazônia.

Segundo a SECULT, a restauração do conjunto arquitetônico, foi iniciada em 1996, “mas a igreja, então fechada há 55 anos, sofrera várias intervenções para minimizar os efeitos do tempo sobre sua estrutura. A obra empreendida pela SECULT no arcebispado obedeceu a duas linhas básicas: uma, a retirada de todos os acréscimos que estavam em desacordo com as instalações originais do prédio; a segunda, a manutenção das alterações que se somavam à artisticidade do monumento. Foram retirados forros, pisos, escadarias, carpetes e paredes de alvenaria coladas à fachada interna do palácio. Para se chegar à fachada original, foram feitas várias prospecções e pesquisas. Na igreja, o trabalho restaurativo foi feito sobre rebocos antigos que estavam soltos, pisos de madeira originais, telhado, pinturas artísticas e altares das capelas laterais à nave central. Uma parede do templo foi propositalmente descascada para que ficasse exposta sua estrutura. O contemporâneo também se faz presente no conjunto restaurado através do mobiliário do auditório e da igreja, a escadaria de ferro do palácio episcopal, além de estruturas metálicas, vitrines e portas de vidro. A idéia foi não criar falsos históricos, na tentativa de substituir elementos que se perderam com o tempo. O conjunto possui uma iluminação especial em projeto assinado pelo *light designer* francês Jean-François Hocquard. O equipamento utilizado é em fibra óptica, para evitar incidência de calor nas telas, imaginárias e pratarias. O museu é dotado de um sistema rigoroso de vigilância 24 horas, com circuito interno e externo de TV, alarmes de intrusão e detecção de incêndio, além de extintores e climatização com sistema central.

O museu possui um acervo de 320 peças sacras, das quais 253 estão expostas. O palácio Episcopal, onde funcionava a residência oficial do arcebispo de Belém, cedeu lugar, na área térrea, à Galeria Fidanza, ao Café do Museu e à boutique Empório das Artes (6).

A igreja de Santo Alexandre está localizada na praça Frei Caetano Brandão, no bairro da Cidade Velha. É nesta praça que, à época do Círio de Nazaré, realiza-se a exposição e venda dos brinquedos de miriti. Tombamento: processo nº 235-T. Inscrição nº 146, Livro História, fls. 24. Data: 03/01/1941.

FORTE DO CASTELO:

Foi a primeira construção de Belém, representando o marco da fundação da cidade. Foi erguido originalmente em madeira, em 1618, por ordem de Francisco Caldeira Castelo Branco, dois anos após a chegada da expedição. Esse primeiro forte, que devido à data de saída da expedição do Maranhão no dia 25 de dezembro levou o nome de Presépio foi, mais tarde, substituído por outra construção de taipa, tendo sido reconstruído e alterado ao longo dos séculos. Existem na fortificação atual elementos dos fortes dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Em 1728, durante o governo de Alexandre de Sousa Freire, a fortificação encontrava-se em ruínas, o que levou a Corte a autorizar sua recuperação. Esse trabalho foi entregue ao engenheiro de fortificações Carlos

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01**

Varjão Rolim e ganhou o nome de Castelo do Senhor Santo Cristo. Entretanto, os serviços executados não apresentavam solidez suficiente, o que obrigou a constantes reparos do Forte.

Em 1832, por ordem do Ministério da Guerra, o Forte do Castelo foi desarmado, posteriormente sendo palco de vários episódios da Cabanagem. As obras de sua reconstrução só tiveram início em 1850, prolongando-se por muitos anos, concluindo-se, provavelmente, em 1868. Destes serviços fizeram parte a construção da muralha de cantaria, que se incorporou ao forte como uma ampliação de seu recinto inicial que, entretanto, foi mantido; quartéis e uma ponte sobre o fosso. Em 1876, o Ministério da Guerra mandou desarmar o Forte para a instalação do Arsenal de Guerra. (7) Foi objeto de tombamento federal em 1962.

Segundo a Secretaria Executiva de Cultura do Governo do Estado, o Forte do Castelo deverá se tornar um espaço aberto para apresentações culturais: “depois da assinatura do contrato de alienação entre governo do Estado e Ministério do Exército, vai abrigar o Museu do Forte (ou Museu do Homem da Amazônia).” (8)

O Forte do Castelo fica localizado na praça Frei Caetano Brandão, no bairro da Cidade Velha, próximo à Catedral da Sé, de onde sai a procissão principal do Círio de Nazaré. Tombamento: Processo nº 644-T. Inscrição nº 353, Livro História; fls. 58. Data: 28/08/1962.

PRAÇA DO RELÓGIO

A praça circundada por um casario eclético abriga, ao centro, um relógio montado sobre uma torre de ferro com 12 metros de altura, fabricado em 1911 pela Walter MacFarlane & Co, empresa inglesa que fabricava construções metálicas. É ponto característico de Belém e marco visual da cidade. Integra o conjunto arquitetônico e paisagístico do Ver-o-Peso, tombado pela União e situa-se junto ao cais do Ver-o-Peso. É ponto de passagem da procissão do Círio de Nazaré. (9)

PRÉDIO ANTIGO DO JORNAL “O LIBERAL”

Até 1973, o prédio abrigava a redação e as oficinas do jornal Folha do Norte, quando, depois de enfrentar sucessivas crises, foi comprado pelo jornalista Rômulo Maiorana. Muitos dos funcionários da Folha do Norte passaram a trabalhar no jornal O Liberal, que passou a ocupar o prédio até recentemente, quando o parque gráfico foi transferido para novas instalações em outro bairro de Belém. A rádio Liberal ainda funciona no local. Está situado na rua Gaspar Vianna e integra o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso, protegido por tombamento federal. (10)

IGREJA DE SANT’ANA:

Sua construção teve início em 1761, no bairro da Campina, dedicada a Sant’ana. À época, era bispo do Grão-Pará Dom Frei João de São José e Queiroz. Esta nova igreja foi criada com o objetivo de servir como matriz do referido bairro, transferindo-se para ela a Irmandade do Sacramento, estabelecida desde a criação da freguesia da campina na pequena ermida de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Os devotos de Sant’Ana puderam contar com a ajuda do presidente da província, que contribuiu com cinquenta mil réis todos os meses durante o exercício de sua jurisdição (11)

As linhas do templo que foram obra da inspiração genial do arquiteto italiano Antonio José Landi, ilustre devoto de Santa Ana, que chegou à Belém em 1753, seguem o estilo barroco tardio italiano. Conforme relata Augusto Meira Filho, “o admirável projeto de Landi fixaria a planta do templo em forma de cruz grega, e a elevação máxima contaria com uma cúpula coroando a estrutura interna e externa da igreja. Landi projetou e ergueu a matriz de Santana sem as torres, ali adaptadas posteriormente” (12). O arquiteto italiano, além de seus desenhos, também contribuiu financeiramente com as despesas da obra, chegando a morar nas proximidades da igreja, de onde veio a denominação de “rua do Landi”, atual Padre Prudêncio de Moraes.

Posteriormente, foram feitas modificações que retiraram da igreja o aspecto exterior traçado por Landi. Em 1839, por exemplo, foram escondidas e mutiladas as duas colunas construídas lateralmente quando se introduziram duas torres laterais, sob o argumento de que tal composição estava mais de acordo com a

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE		PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

tradição portuguesa. Contudo, Leandro Tocantins classifica o trabalho desenvolvido por Landi na igreja de Sant'Ana como o “mais intensamente italiano”, cuja originalidade está em sua arquitetura que foge inteiramente às tradições luso-brasileiras, com sua nave em forma de cruz grega, coberta de zimbório com lanternas circulares, reproduzindo as igrejas venezianas do século dezoito (13).

Apesar das modificações feitas no exterior do templo, o interior se mantém mais fiel ao traçado de Landi, com os ornamentos das paredes constituindo uma série de pilastras dóricas e colunas embutidas, em frente da capela-mor, embora este pareça desfigurado pela pintura marmorizada grosseira executada também nos oitocentos. Vê-se ainda alguns entalhes barrocos nas portadas de arcos paladianos e no retábulo dos altares (14).

Ernesto Cruz lembra que “na época faustosa do Império, era a igreja de Nossa Senhora de Sant'Ana, a preferida para as solenidades religiosas, que precediam a posse dos presidentes da Província” (15). Nesta mesma igreja, supõe-se que, foi enterrado Antônio José Landi. Está localizada na rua Padre Prudêncio, 125, no bairro da Campina. Tombamento: Processo: nº 434-T. Inscrição nº 460, Livro Belas-Artes, fls. 85. Data: 23/01/1962.

TEATRO DA PAZ:

O Teatro da Paz está localizado no local anteriormente conhecido como largo da Pólvora, hoje praça da República. Teve sua construção autorizada pelo Presidente da Província em 1863, e o assentamento da pedra fundamental ocorreu no dia 03 de março de 1869. A construção inicia-se em julho de 1869, incorporando várias modificações no projeto, feitas, provavelmente, pelo fiscal Antônio Calandrini Chermont, as quais também foram objeto de controvérsias que resultaram em atraso na obra.

O projeto inicial, elaborado por José Tibúrcio Magalhães, foi alvo de pesadas críticas, tanto na escolha do projetista como no projeto propriamente dito, em relação ao qual eram apontadas as mais diversas falhas. Alegava-se que o desenho feria a concepção clássica de arquitetura por trazer sete em vez de seis colunas frontais como recomendado pelos cânones do classicismo. Essa, porém, foi apenas uma entre as inúmeras polêmicas em torno da obra, finalmente concluída em 1874, com as sete colunas originalmente previstas. Inaugurado em 1878, somente nove anos mais tarde foram contratados os trabalhos de pintura e decoração da sala de espetáculos, com o artista italiano Domenico de Angelis e, em 1895, as pinturas do salão nobre, com o mesmo pintor.

No início do século, durante o governo de Augusto Montenegro, foram empreendidas reformas que provocaram profundas modificações no teatro. Essas reformas, executadas no ano de 1905 pelo engenheiro Victor Maria Silva, alteraram a composição da fachada, recuando-se o pórtico e retirando-se uma das 7 colunas. Internamente foram colocados novos elementos na decoração como revestimentos e foros, estátuas e lustres de cristal, já com luz elétrica.

Novas intervenções foram feitas no teatro em 1960, quando as pinturas do salão nobre, de autoria de De Angelis, deterioradas pela umidade, foram refeitas pelo também italiano Armando Balloni.

Outra grande reforma ocorreu em 1975, quando foram executados serviços de infra-estrutura, isolamento acústico, instalação de ar condicionado e pintura externa na cor atual (16).

Existe uma certa controvérsia sobre a origem do nome do Theatro Nossa Senhora da Paz. Uma versão argumenta que seria uma homenagem do presidente da província, José Bento da Cunha e Figueiredo, ao desempenho do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870). Outra atribui o batismo ao bispo Dom Macedo Costa, que ansiava pelo fim da guerra.

Na década de 1990, o teatro recebeu nova pintura e equipamentos de luz e som modernos, abrindo as portas novamente a companhias internacionais, como o Ópera Nacional de Sófia, para encenação de Fosca, de Carlos Gomes, e o Ballet Kirov (1998). No ano seguinte, foi encenada a ópera O Escravo, de Carlos Gomes, pela Ópera Brasil do Maranhão. Em 1996, formou-se a Orquestra Sinfônica do Theatro da Paz, a primeira de sua história e a primeira do gênero na região Norte.

Em 2000, o Teatro da Paz foi fechado para obras de restauro e manutenção, reabrindo no dia 20 de maio de 2002 com o Festival de Ópera Theatro da Paz. Nas obras, o governo do Estado gastou R\$ 7,5 milhões para

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01**

substituir as instalações elétricas e hidráulicas do prédio, modernizar todo o sistema de ar condicionado, reforçar as antigas estruturas de madeira, reformar e restaurar pisos, paredes, forros e telhado. Tudo com a preocupação de resgatar as características originais da construção (17).

Ao lado deste teatro, no “Bar do Parque”, é realizada a controversa “Festa da Chiquita”, na véspera do Círio. Está localizado na avenida da Paz, s/n, praça da República. Tombamento: Processo nº 671-T. Inscrição nº 359, Livro História, fls. 58. Data: 21/06/1963.

PALÁCIO ANTONIO LEMOS

Conhecido como Palacete Azul, foi inaugurado em 15 de agosto de 1883, 23 anos após o assentamento de sua pedra fundamental. A autoria do projeto e da execução do palacete é atribuída a José Coelho da Gama e Abreu. Em 1885 passou a sediar o Paço Municipal de Belém, além de vários órgãos públicos. De gosto neoclássico, recebeu decoração eclética com motivos *art nouveau*, durante a administração de Antônio Lemos (1897 – 1911), e que ainda hoje conserva. Restaurado em 1994, passou a abrigar desde então a Prefeitura Municipal de Belém e o Museu de Arte de Belém (MABE). Está localizado na praça Dom Pedro II, s/n, Cidade Velha (18). Tombamento: Processo nº 315-T, inscrição nº 315, Livro História, fls. 32, e Inscrição nº 257, Livro Belas-Artes, fls. 56. Data: 07/07/1942.

PALÁCIO LAURO SODRÉ

Construído em 1772, com o objetivo de sediar o governo estadual, o palácio Lauro Sodré tem projeto de autoria do arquiteto italiano Antônio José Landi, em estilo barroco italiano tardio. Sofreu reforma neoclassizante no século XIX quando o beiral foi substituído por platibanda e foram inseridas estatuetas sobre o frontão da fachada e sacada corrida, além de marquise de ferro no corpo central.

Das várias intervenções sofridas pelo edifício ao longo do tempo, a de maior vulto foi aquela realizada durante o governo de Augusto Montenegro (1901 – 1908), favorecida pelos recursos oriundos da extração da borracha. Essa intervenção atingiu não apenas a estrutura do edifício, mas também a decoração interior que recebeu novos materiais e ornamentos. Durante o século XX o palácio sofreu várias reformas descaracterizadoras, responsáveis pela supressão da capela e pela ocupação do jardim central. Nesse mesmo século, outra intervenção, de cunho restaurativo, restituiu ao monumento os ambientes que haviam sido drasticamente adulterados. (20)

O palácio Lauro Sodré foi palco do movimento da Cabanagem, quando foi invadido e transformado em sede do movimento durante um ano. Era do palácio Lauro Sodré que saía a procissão do Círio entre 1793 e 1882, data em que passou a sair da Catedral da Sé. Atualmente abriga o Museu do Estado do Pará (MEP), vinculado à Secretaria de Estado da Cultura. Está localizado na praça Dom Pedro II, s/n, Cidade Velha (21). Tombamento: Processo nº 841-T, inscrição nº 449, Livro História, fls. 74, e Inscrição nº 518, Livro Belas-Artes, fls. 94. Data: 20/08/1974.

BASÍLICA DE NAZARÉ

Plácido construiu uma palhoça em 1700, logo transformada em centro de devoção. Em 1721, quando o primeiro bispo do Pará, Dom Bartolomeu do Pilar, visitou a ermida construída por Plácido, soube que o devoto Antônio Agostinho poderia ajudá-lo a erguer uma nova capela. Entre 1730 a 1774, Antônio Agostinho conseguiu construir uma ermida, de onde saiu o primeiro CÍRIO. Em 11 de outubro de 1861, é criada canonicamente a Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré. No período de 1852 a 1881, surgiu a matriz de alvenaria, que hoje, modificada, funciona como Barraca da Santa e casa dos padres. Em 21 de março de 1903, chegaram a Belém os padres barnabitas, sendo que, em 3 de fevereiro de 1905, passaram a administrar a igreja de Nazaré. Em 1908 chegou ao Pará o padre Luiz Zoia, visitador dos barnabitas, que propôs como planta geral uma reprodução em escala menor da Basílica de São Paulo em Roma. padre Luiz Zoia, auxiliado pelos arquitetos Gino Coppede e Pedrasso de Gênova, tratou dos esboços e desenhos. Na parte de decoração, teve o apoio do professor Grolla e depois do engenheiro Tiago Bolla e dos técnicos da Marmífera Ligure.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

Em 24 de outubro de 1909, foi colocada a pedra fundamental da Basílica por Dom Santino Coutinho, arcebispo do Pará. Estavam presentes o governador Augusto Montenegro, o prefeito Antônio Lemos e demais autoridades, sendo vigário o padre Emílio Richert. Em 1916 estavam concluídos a cripta, as paredes e o telhado, além da torre. Em 19 de junho de 1923, o templo recebeu de Roma o título de Basílica. Em 15 de agosto de 1923, é inaugurado o Altar-Mor, celebrando o padre Afonso Di Giorgio suas Bodas de Prata Sacerdotais.

Foi do padre Afonso Di Giorgio a responsabilidade pela conclusão dos vitrais, dos forros, dos mosaicos, das estátuas, dos altares, dos estofamentos, da fachada, das portas de bronze e dos outros adornos. Metade da Basílica está assentada sobre uma cripta, exigida para a elevação do terreno para proteção contra a umidade. As linhas arquitetônicas da igreja seguem o estilo da basílica romana, bem como a decoração interna e a externa. O frontão triangular apresenta grande painel feito em mosaicos pela firma Gianese de Veneza, onde a imagem de Nossa Senhora de Nazaré aparece em meio do cenário amazônico, sendo notadas, no canto direito, as figuras do fundador da cidade e personalidades de eras antigas, junto às do prefeito e governador da época da inauguração.

Na ábside, limitada por um arco romano, temos uma faixa em mosaico de ouro de um metro de altura entre folhas e flores onde aparecem 7 brasões:

PIO XI (no centro), BRASIL, PARÁ, BELÉM, BARNABITAS (PTA), DOM SANTINO COUTINHO (1º Bispo do Pará) e bispo DOM IRINEU JOFILLY.

A Basílica tem 5 naves, 62 metros de comprimento, 24 metros de largura e 20 metros de altura; 2 torres com 42 metros de altura, 32 colunas de granito maciço, 54 vitrais (da firma Champigneulle de Paris), 38 medalhões em mosaico de 1,5 metro de diâmetro, 19 estátuas do mais puro mármore de Carrara, 2 candelabros de bronze (vindos de Milão), 24 lampadários venezianas, 9 sinos eletrônicos e 1 órgão com três teclados e 1100 tubos. Altares:

Lado direito de quem entra: 1) Altar dos Santos: Lázaro, Basileu, Judas, Sebastião e Marcos; 2) São Miguel Arcanjo; 3) Santo Antônio; 4) Santo Antônio Maria Zacarias, 5) Nossa Senhora do Brasil (fundos). Lado esquerdo de quem entra: 1) Altar das Santas: Tereza, Luzia, Filomena, Catarina e Rita; 2) Santa Terezinha; 3) São José; 4) Nossa Senhora das Dores; 5) Sagrado Coração de Jesus (fundos). Centro: Altar-Mor

Capela dos restos mortais do padre Afonso Di Giorgio, lado direito de quem entra. Batistério, lado esquerdo de quem entra.

As principais passagens da vida de Nossa Senhora, inclusive aparições, encontram-se em uma coleção de 38 medalhões em mosaicos redondos que dão a volta na igreja.

E, para completar a história do Círio, em 10 vitrais laterais, contando desde o início da devoção em Portugal até o Círio do Pará:

- 1º Monge abade romano - doação da Diretoria da Festa (1919);
- 2º Dom Fuas Roupinho - doação do Banco Ultramarino (1919);
- 3º Plácido encontra a imagem - doação da Diretoria da Festa (1919);
- 4º A cabana de Plácido - doação da Família Dacier Lobato;
- 5º A Ermida de Antônio Agostinho - doação do Dr. Osvaldo Barbosa;
- 6º A Igreja de Taipa - doação da Família Dacier Lobato;
- 7º O 1º Círio - doação de Albino Fonseca;
- 8º Milagre do barco - doação da Família Pombo;
- 9º Matriz em alvenaria - doação do Cel. Porphyrio Miranda;
- 10º O Círio com a Berlinda - doação de Miranda Lobato e Dubec Lobato de Miranda

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE

PA

04

01

10

F11

01

As linhas arquitetônicas convergem para a Capela-Mor. Aqui se impõe a massa compacta do Altar do Santíssimo Sacramento, em contraluz, a glória e os dois anjos em mármore de estilo barroco, um conjunto de 12 toneladas para emoldurar a pequenina estátua de Nossa Senhora.

A glória, entalhada em mármore de carrara, é obra do escultor italiano Antônio Bozzano e de seu filho Augusto. Cada altar, cada vitral, cada mosaico, cada estátua, cada arco leva o nome do devoto ou da família que lhe patrocinou. As portas principais foram confeccionadas em bronze pela metalúrgica Éberle. Em detalhes de alto-relevo a Rainha dos Profetas e a Rainha da Paz. Possui lampadário veneziano de estilo romântico. O batistério é uma jóia da arquitetura renascentista.

Dois púlpitos semi-hexagonais em mármore com painéis de mosaicos reluzentes foram instalados em 1949 e removidos em julho de 1999, em meio a grande polêmica travada pelos jornais entre a igreja e os paroquianos. Em 13 de agosto de 1999 houve a reabertura da Basílica sem os púlpitos e com o novo Presbitério. Teto em cedro vermelho, em caixote, obra de artista paraense, onde se destaca o brasão das armas dos padres Barnabitas.

Sinos: Dos 9 sinos existentes na Basílica, o maior deles fica na torre à direita, pesa 2,8 toneladas e tem 1,80 metro de diâmetro. Os demais ficam na torre da esquerda. Cada sino tem a imagem e o nome de padroeiro para cada nota musical: LÁ - São José / MI - Sagrado Coração / RÉ - Imaculada Conceição / FÁ - São Miguel / SOL - São Gabriel / SI - São Joaquim / DÓ - Sant'Ana / RÉ - Santa Rosa de Lima / RÉ - Santa Isabel. É o conjunto de sinos mais antigo e completo do País, movimentados através de um console. Nos anos 60, o vigário padre Miguel Giambelli transformou os sinos da Basílica nos primeiros sinos eletrônicos do Brasil. Em 1992 a Basílica foi colocada entre as mais belas construções tombadas pelo Patrimônio Histórico do Estado do Pará. (21)

IGREJA DO CARMO

Sua construção data do início do século XVII (1627), quando a ordem dos Carmelitas Calçados se estabeleceu no Pará e deu início à construção de um convento que foi o primeiro da capitania. Foi reconstruída por volta de 1760, a partir do projeto do arquiteto Antonio Landi que, entretanto, foi executado apenas parcialmente, mantendo-se a capela-mor, o retábulo barroco e o altar com frontal de prata. Os retábulos da nave e do transepto e os púlpitos da nave foram desenhados por Landi.(22). Apresenta o estilo barroco tardio italiano, característico do arquiteto na planta da igreja e na decoração da nave e transeptos. A fachada de pedra de lioz, trazida de Portugal para ser adossada ao corpo do edifício (1756/1757) é mantida até hoje.

Anexada a lateral direita da igreja do Carmo está a Capela da Ordem Terceira do Carmo, cujo traçado e decoração são também atribuídos ao arquiteto italiano, embora até então não haja documento comprobatório de tal autoria. A capela guarda uma bela coleção de esculturas sacras barrocas, alusivas aos passos da paixão de Cristo.(23)

Localização: Praça do Carmo, 72 - Cidade Velha.

MERCADO DE SÃO BRÁS:

O Mercado Municipal de São Brás, cujo projeto é de autoria do arquiteto italiano Felinto Santoro foi inaugurado em 1911, tem estilo eclético com presença de elementos do neoclássico e do *art nouveau*. Na década de oitenta do século XX sofreu intervenção com mudança impositiva do uso da função de mercado para centro de cultura e artesanato, que não foi bem assimilada pela população, o que ocasionou a subutilização do edifício. Passou mais de dez anos nessa situação. Sem receber ações de manutenção adequada entrou em processo de decadência e deterioração física. Sofreu intervenção da prefeitura entre 1995/1998 transformando-se num centro comercial popular, numa tentativa de aquecer a economia e a geração de emprego e renda. O comércio ambulante que havia no entorno do Mercado foi remanejado para o interior do edifício em pequenos boxes.

O prédio conta com um estacionamento para 45 carros, um posto de informações turísticas, um posto de venda

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

de material escolar e um posto da guarda municipal. No local funciona, também, um bar e um restaurante que são gerenciados por uma Cooperativa de Famílias do programa Bolsa-Escola da prefeitura de Belém.

MEMORIAL DA CABANAGEM:

Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurado aos 7 de janeiro de 1985, data de aniversário da CABANAGEM - movimento popular revolucionário que marcou profundamente a história do Pará. Originalmente, o conjunto era composto por um monumento, representando o “caminho da história apontando para o infinito”, e sua ruptura. Um museu que continha cinco criptas onde se encontravam os restos mortais dos principais líderes revolucionários cabanos e ainda documentos históricos relacionados ao movimento. Atualmente encontra-se completamente abandonado e invadido por moradores de rua. É de propriedade do governo do Estado e está localizado na Br 316 - Km 0 – Entroncamento.

MUSEU EMÍLIO GOELDI:

Constituído por um parque que ocupa uma quadra urbana, onde se distribuem algumas edificações administrativas, de pesquisa, de exposições, auditório, biblioteca, jaulas e lagos para os animais. Foi fundado no século XIX pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Pena. Iniciou como Associação Filomática, que tinha o objetivo de criar um museu paraense. Hoje é um órgão de projeção científica reconhecido mundialmente. O nome é uma homenagem ao naturalista suíço Emílio Goeldi que administrou o Museu por vários anos, desenvolvendo e dinamizando o órgão. O Museu se destaca pelo trabalho de pesquisa fundamental na Amazônia Legal, nos campos da antropologia; arqueologia; botânica; zoologia e geociências. O Emílio Goeldi possui ainda uma biblioteca que reúne, atualmente, um acervo de mais de 140 mil documentos de valor inestimável, tanto histórico como científico e mantém também uma exposição permanente de cerâmica tapajônica e marajoara. Está localizado na avenida Magalhães Barata e está aberto à visitação pública de terça-feira até sábado pela manhã. Não funciona no sábado à tarde, mas reabre as portas no domingo.

As instalações são do governo estadual, mas o Museu é gerido pelo Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, através de convênio com o Estado.

Localização – avenida Magalhães Barata nº 376, São Braz.

BOSQUE RODRIGUES ALVES:

O Bosque Rodrigues Alves, hoje reconhecido como jardim botânico, foi idealizado por José Coelho da Gama Abreu, Barão de Marajó, geógrafo da Amazônia, presidente da província do Pará de 1879 a 1881 e intendente de Belém de 1879 a 1894. Foi criado no bairro do Marco da légua em 25 de agosto de 1883 por proposta de João Clemente Malcher, presidente da Câmara Municipal e foi denominado "Bosque Municipal". O senador Antonio Lemos, intendente de Belém, já em 1900, iniciou trabalhos de reforma e recuperação, realizando obras como o monumento aos intendentess municipais, grande cascata, ruína do castelo, quiosque chinês, mictório público, cabana de Ceci e Peri, gruta encantada, lagos artificiais e estátuas dos legendários guardiões da floresta Mapinguari e Curupira. Nesse período, o Bosque ficou fechado à população. Em 27 de setembro de 1903, foi novamente entregue à visitação pública. Somente em 12 de dezembro de 1906, por resolução do intendente Antonio Lemos, recebeu o nome de "Bosque Rodrigues Alves". O Bosque em outros períodos foi beneficiado com novos trabalhos de reforma e recuperação, ficando aberto à visitação pública a partir de 12 de janeiro de 1996, como parte das comemorações do 380º aniversário de Belém.

Localização: avenida Almirante Barroso, nº 2453, Marco.

TORRE DA RBA:

A Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA) foi fundada em 1989 e é uma emissora filiada a rede Bandeirantes. A RBA é composta por duas rádios FM (Diário e 99 FM), uma AM (Rádio Clube), além de uma emissora de televisão (RBA). Suas instalações modernas são coroadas por uma imensa torre, a qual

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01**

marcou, de forma definitiva a paisagem de Belém. Na passagem do ano há queima de fogos do alto da torre que, devido à planificação da cidade pode ser vista de vários bairros.

Fica localizada na avenida Almirante Barroso, em frente ao Bosque Rodrigues Alves, bairro do Marco (24).

COLÉGIO GENTIL:

A história do Colégio Gentil está ligada ao antigo orfanato Recolhimento das Educandas, fundado aos 10 de junho de 1804, por iniciativa do 7º bispo do Pará, Dom Manuel de Almeida Carvalho.

Em 1851, o presidente da província Fausto Augusto de Aguiar, promulgou a lei nº. 285 de dois de novembro do mesmo ano, dando ao governo da província toda a responsabilidade da manutenção do Recolhimento das Educandas, que passou a denominar-se Colégio Nossa Senhora do Amparo, com o fim de recolher e educar meninas “desvalidas”. Em 1865 o presidente da província Dr. José Paes de Carvalho decretou a mudança da denominação de Colégio Nossa Senhora do Amparo para o de Instituto Gentil Bittencourt, em homenagem ao Dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, vice-governador. (o boletim informativo do colégio Gentil indica que esta mudança de nome ocorreu em 1865) (25).

Em 1905, o prédio do Colégio passou por uma reforma, promulgada pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado do Pará. No mesmo ano, o governador dirigiu-se a Sor Ana Pierina Della Valle, provincial do Brasil, pedindo as filhas de Sant’Ana para a direção do Instituto, o que foi aceito pela Madre Geral. Através do decreto 1405, o governador entregou a administração interna do instituto a Congregação das Filhas de Sant’Ana. A 26 de junho de 1906, inaugurou-se solenemente o edifício do Colégio Gentil Bittencourt.

Em 1958, as educandas pobres do Colégio Gentil foram transferidas para o orfanato Antonio Lemos, no município de Santa Isabel do Pará. A partir de 1972, o Colégio Gentil passou a ser misto, pois até então a educação ministrada era exclusividade das meninas.

Atualmente, o Colégio Gentil possui cerca de dois mil alunos, que são distribuídos entre educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e preparatório para as escolas militares. O prédio é mantido pela renda do próprio colégio (26).

À época do Círio, o Colégio Gentil ganha ainda mais relevância, haja vista que é para lá que converge a Romaria dos Motoqueiros conduzindo a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, no sábado que antecede a Procissão Principal do Círio. No início da noite, depois de celebrada uma missa na frente do Colégio, a imagem sai em Trasladação em direção à Catedral da Sé. O Colégio também abriga uma imagem que saía na Procissão Principal do Círio antes da imagem atual.

O fato da imagem Peregrina sair da capela do Colégio Gentil para a procissão da Trasladação, assim com o fato de ser novamente conduzida para lá pela procissão do Recírio, faz o imaginário popular acreditar que é ali que a Santa permanecerá até o Círio do próximo ano. Entretanto, alguns dias depois do Recírio ela será recolhida à Basílica.

NOTAS:

(1) CRUZ, Ernesto. História do Pará. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973. P. 69.

(2) UNESCO/PREFEITURA DE BELÉM. Ver Belém, Plano de revitalização do Centro Histórico de Belém. P. 39.

(3) A respeito do período da borracha na Amazônia, conferir FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. No tempo dos seringais: o cotidiano e a sociedade da borracha. São Paulo: Atual, 1997.

3.1. MELLO JUNIOR, Donato de. Antônio José Landi Arquiteto de Belém. Belém, Governo do Estado do Pará, 1973, P. 33-45

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

- (4) UNESCO/PREFEITURA DE BELÉM. Ver Belém, Plano de revitalização do Centro Histórico de Belém. P. 48-49.
- (5) UNESCO/PREFEITURA DE BELÉM. Ver Belém, Plano de revitalização do Centro Histórico de Belém. P. 46-48.
- (6). GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura / Coordenadoria de Comunicação Social.
- (7) UNESCO/PREFEITURA DE BELÉM. Ver Belém, Plano de revitalização do Centro Histórico de Belém. P. 50.
- (8) GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura / Coordenadoria de Comunicação Social.
- (9) Encontre e Compre. Lista telefônica e informações comerciais. Belém: Listel, 2002. P. 13.
- (10) PEREIRA, João Carlos (org.). Memória da Televisão paraense e os 25 anos da TV Liberal. Belém: SECULT; Organizações Rômulo Maiorana, 2002.
- (11) BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: UFPa, 1969. P. 174.
- (12) MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: Grafisa, 1976. Vol. 2, p. 625.
- (13) TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará*.: Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. P. 244-246.
- (14) TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. P. 247.
- (15) CRUZ, Ernesto. *Igrejas de Belém*. Belém: Imprensa Oficial, 1953. P. 63.
- (16) UNESCO/PREFEITURA DE BELÉM. Ver Belém, Plano de revitalização do Centro Histórico de Belém. P. 54.
- (17) GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura / Coordenadoria de Comunicação Social.
- (18) Encontre e Compre. Lista telefônica e informações comerciais. Belém: Listel, 2002. P. 10.
- (19) Encontre e Compre. Lista telefônica e informações comerciais. Belém: Listel, 2002. P. 10.
- (20) TRINDADE, Elna. Palácio de Landi Crítica da matéria e Forma. Belém, 2002, mimeo, p.7 e 8.
- (21) Círio de Nazaré, Belém do Pará. Informações úteis e importantes. Belém: Diretoria da Festa de Nazaré, 2000.
- (22) MENDONÇA, Isabel in *Landi em Belém*, folheto produzido pela 2ªSR/IPHAN sobre a obra de Landi na cidade de Belém, Belém, 2000
- (23) MENDONÇA, Isabel in *Landi em Belém*, folheto produzido pela 2ªSR/IPHAN sobre a obra de Landi na cidade de Belém, Belém, 2000
- (24). Informações fornecidas por Sandra Monteiro, Secretária da Diretoria da RBA, ao pesquisador Márcio Couto Henrique.
- (25) CARDOSO, Firmo. *Evolução da Escola Primária no Pará I, II, III*. IN: *Anuário de Belém. Em comemoração do seu Tricentenário (1616-1916)*. Belém: 1915. p. 47. Para outras informações sobre o Colégio Gentil conferir as páginas 58 e 70 deste mesmo volume. Um pouco sobre a história do Colégio pode ser encontrado em CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973. p. 366-367. A placa comemorativa está afixada na entrada principal do Colégio Gentil e se intitula “Fatos e datas memoráveis do instituto Gentil Bittencourt, 1804 – 1906”. O Boletim informativo é o do ano de 2002.
- (26) Os dados atuais do Colégio Gentil foram fornecidos em entrevista pelas senhoras Ana Clemens Melo, Relações Públicas do Colégio Gentil e Lucidéa Picanço da Costa Silva, Supervisora do Colégio Gentil. Belém, doze de setembro de 2002.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01**Fonte: *INRC/Círio de Nossa Senhora de Nazaré***5. FORMAÇÃO HISTÓRICA**OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.**5.1. RESUMO**

A história de Belém, assim como a de todo o Pará, está vinculada às expedições européias portuguesas do século XVII e XVIII, que tinham por objetivo conquistar o território e expandi-lo, além de expulsar franceses, ingleses e holandeses. Porém, desde o século XVI, os europeus já detinham certo conhecimento da região, no entanto, nessa época, as viagens ao novo mundo, especialmente à Amazônia, eram apenas para conhecer o lugar e para reconhecer neste novo mundo o que se imaginava. Este imaginário do europeu navegador dos séculos XV e XVI era revestido de um caráter curioso e aventureiro devido às próprias condições da época, onde os mitos eram tidos como reais. Dessa forma, à medida que a conquista acontecia, os europeus iam desbravando as terras e os rios, conhecendo as belezas e os perigos do novo mundo a partir da sua intencionalidade. Havia simbolismos culturais que se encontravam e eram segundo esta perspectiva, ratificados pelo contato com as novas terras e as tribos indígenas (SOUZA, 1986).

Nesta busca pelo novo mundo, os europeus se depararam com um grupo de índias guerreiras durante a expedição de Francisco de Orellana (1544). Ele e seus comandados travaram conflitos bélicos com essas guerreiras, o que os levou a crença de que haviam encontrado na América as amazonas da mitologia grega e foi assim que o espanhol Orellana rebatizou o rio “Santa Maria de La Mar Dulce” com o nome de “rio das amazonas”. O mito grego – contado também por Colombo em 1492 – ganhou seu status de verdade. Segundo o navegador espanhol, essas mulheres lutavam, animavam os homens e lideravam os indígenas (UGARTE, 2003).

A cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará foi fundada no dia 12 de janeiro de 1616, pelo português Francisco Caldeira Castelo Branco e seu grupo militar, que em 25 de dezembro de 1615, dia da celebração do nascimento de Cristo, no Presépio de Belém, partiu de São Luís do Maranhão para conquistar o Pará (FERREIRA, 2003).

Belém foi fundada durante a União Ibérica (1580-1640), unificação das monarquias de Castela (Espanha) e Portugal. A União Ibérica favoreceu o processo de expansão portuguesa pela região amazônica, pois a maior parte das terras pertencia aos espanhóis, segundo os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Quando a União Ibérica chegou ao fim, o processo de penetração lusitana na Amazônia já estava avançado e consolidado, fazendo com que as fronteiras dos impérios coloniais espanhol e português na América do Sul definido pelo Tratado de Tordesilhas fossem modificadas (BEZERRA NETO, 2001).

Desde 1584 os portugueses vinham desenvolvendo a conquista do litoral da Paraíba, ocupando paulatinamente o litoral Norte do Brasil, buscando garantir suas possessões constantemente ameaçadas pelos outros países europeus. Após expulsarem os franceses de São Luís do Maranhão, o comandante português Alexandre de Moura determinou que fosse realizada uma expedição militar para ocupar as terras do rio amazonas, composta por 200 homens e chefiada por Castelo Branco. Esta expedição visava, sobretudo, combater ingleses e holandeses fixados na região, expulsando-os (BEZERRA NETO, 2001).

A fundação de Belém na embocadura do Amazonas, permitindo aos portugueses o efetivo controle da navegação fluvial que comunicava o rio-mar ao Oceano Atlântico, foi o primeiro passo importante para as ações dos portugueses na região. Em termos geopolíticos e militares, a fundação de Belém, às margens da Baía do Guarujá fora a decisão acertada dos conquistadores lusos (BEZERRA NETO, 2001). A partir de Belém, no século XVII, os portugueses passaram a ter uma nova relação com o espaço amazônico. A prioridade deixa de ser a ratificação dos mitos europeus, e passa a ser a resolução da questão política, através da expulsão dos estrangeiros e do alargamento do território português na América (UGARTE, 2003).

O projeto político português do século XVII propunha a expansão do território através da colonização

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

sistemática da região e da população da Amazônia, para se demarcar, de forma definitiva, os limites que separavam os territórios coloniais. Esse projeto era assentado em um sistema de práticas mercantilistas, na exploração das “drogas do sertão”, e tinha como mão-de-obra a população indígena destribalizada e aldeada sob os cuidados das ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus. Foi assim que todo o imenso território que forma o Pará foi sendo colonizado pelos portugueses.

No século XIX, a consequência desta colonização portuguesa baseada na exploração da população veio à tona. Em 15 de agosto de 1823 foi declarada a adesão do Grão-Pará à independência do Brasil, quase um ano após ela ter sido proclamada às margens do Ipiranga. Nessa época Grenfell assumiu o comando do poder político-militar na Província paraense, sendo escolhida uma junta governativa provisória constituída por elementos pertencentes às duas forças políticas conflituosas: os antigos partidários da manutenção dos laços com Portugal (funcionários civis e militares portugueses, bem como setores ligados às atividades mercantis, geralmente lusitanos) e os que queriam a adesão à causa brasileira (comerciantes e proprietários de terra que, adeptos da independência, tencionavam obter o controle das estruturas de poder na província em mãos dos lusitanos, que ocupavam os cargos mais importantes do governo e se beneficiavam economicamente com isso). Os partidários da independência representados por Clemente Malcher e Batista Campos encontravam-se em minoria e destituídos de qualquer poder de decisão, enquanto os antigos adversários da causa da independência possuíam controle efetivo do poder civil na Província, inclusive por meio do exercício da presidência da junta. Neste contexto, acentuavam-se os embates políticos entre os grupos adversários, ocorrendo o levante militar e popular de 15 de outubro de 1823, com a finalidade de depor a junta e colocar como presidente Batista Campos. Mas os revoltosos foram vencidos por Grenfell, que prendeu-os no porão do Brigue Palhaço (SOUZA JÚNIOR, 2001).

As medidas repressivas tomadas por Grenfell pacificaram temporariamente a capital, mas não conseguiram impedir que soldados e civis partidários da independência fizessem sublevações em diversos pontos da Província (Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapu, Igarapé-Miri, Moju, Conde Beja, Marajó), destacando-se o movimento ocorrido em Cametá, em cuja vila os revoltosos dominando a Câmara Municipal conseguiram obter o sucesso que seus companheiros não haviam conseguido alcançar em Belém. Com a partida de Grenfell e seus navios de guerra para o Rio de Janeiro, uma junta ficou no governo da Província, mas sem a proteção da esquadra, esta viu-se obrigada a ceder às exigências dos revoltosos, reconhecendo a demissão dos funcionários portugueses e os atos tomados pela Câmara Municipal de Cametá, conseguindo que os mesmos dessem por terminado seus movimentos.

Uma parte dos revoltosos eram soldados e pessoas das classes pobres. Estas pessoas, em suas lutas contra os portugueses e brasileiros adversários da independência, estavam lutando pela independência que não seria aquela pensada e proposta pelos luso-brasileiros pertencentes às classes proprietárias. Os setores populares que abraçavam a causa da independência queriam muito mais que simplesmente a ruptura dos laços políticos com Portugal, desejavam mudanças significativas nas estruturas da sociedade brasileira quando ocorreu a independência, sendo os seus anseios frustrados e derrotados pelos simpatizantes e defensores da mesma pertencentes às elites da Província, quando um ou outro estava exercendo o poder. Neste sentido, estes segmentos populares derrotados em suas lutas ocorridas durante o período de 1823-1835, acabaram fazendo a cabanagem, não se podendo compreender a participação das classes populares nestes movimentos políticos e militares como simples massa de manobra dos líderes da elite (SOUZA JÚNIOR, 2001).

A partir do dia 20 de outubro de 1823 o imperador decretou que ele escolheria o presidente de cada Província. O comando militar da Província ficava nas mãos do comandante das Armas, subordinado ao presidente da Província. O primeiro presidente da Província do Grão-Pará foi o coronel José Araújo Rozo.

No período de 1825-1831 o governo ficou nas mãos do tenente-coronel José Félix Pereira de Burgos e Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé. As disputas político-partidárias continuaram acirradas e pioraram com a abdicação de D. Pedro I, em 07 de abril de 1831, iniciando a Regência.

No Grão-Pará os partidos Filantrópico (partidários da independência) e Caramuru (retorno de D. Pedro I ao trono, congregando inúmeros portugueses), estavam cada vez mais em rota de colisão. Em dezembro de 1833 foi nomeado pela Regência o novo governador da Província, Bernardo Lobo de Souza e José Joaquim da Silva Santiago como Comandante das Armas. No ano seguinte, o cônego Batista Campos se aproximou

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01**

politicamente de Clemente Malcher, passando a conspirar a queda de Lobo de Souza. Batista Campos também mandou buscar no Maranhão o jornalista Vicente Ferreira Lavor Papagaio que à frente do jornal Sentinela Maranhense na Guarita do Grão-Pará passou a fazer propaganda contrária a Lobo de Souza e contra a interferência da Regência nos negócios políticos da Província, chegando até a defender o regime republicano (SOUZA JÚNIOR, 2001).

Lobo de Souza proíbe o jornal e manda prender Batista Campos, que se esconde numa fazenda em Barcarena, onde vem a falecer. O governador também envia uma expedição à fazenda de Clemente Malcher onde estavam reunidas pessoas que conspiravam contra ele, inclusive Lavor Papagaio, Eduardo Angelim e os irmãos Vinagre. Mas os conspiradores souberam do ataque antes e fugiram (COELHO, 1993).

Malcher foi preso no rio Castanhal, enquanto Manoel Vinagre acabou sendo assassinado. Os outros conseguiram fugir, reuniram gente e fizeram um levante armado contra Lobo de Souza. Em 07 de janeiro de 1835 tomaram o poder em Belém e se tem início, oficialmente, a Cabanagem.

Vale lembrar que durante todo esse período a população pobre cabocla, tapuia, índia, negra e mestiça fizeram a Cabanagem lado a lado com as lideranças político-partidárias, ainda que os setores abastados do movimento nunca pensassem em um movimento revolucionário que mudasse a estrutura social da Província, eles queriam apenas o poder. Já essa população pobre que participou do movimento buscava uma mudança nessa estrutura social. É por este motivo, que a historiografia contemporânea do Estado afirma que houveram “Cabanagens” (RICCI – Anais do Arquivo Público do Pará, no prelo).

Malcher foi o primeiro presidente cabano, e sua primeira medida foi buscar restabelecer a ordem social, contendo os setores mais radicais do movimento. Malcher afirmou que após a conquista do poder não havia mais porque continuar com o movimento cabano e mandou um documento ao governo da Regência prestando sua fidelidade à monarquia, afirmando que não queria um separatismo. Malcher dizia no documento que só reconheceria a autoridade de D. Pedro II, por isso mesmo não aceitaria as ordens dos políticos da Regência. O problema de Malcher foi que, ao reprimir os setores populares da Cabanagem – que queriam mudanças nas estruturas sociais da Província – acabou comprando briga com eles. Seu comandante das Armas, Francisco Vinagre, também não estava satisfeito com Malcher. Malcher manda prender os irmãos Vinagre, perdendo cada dia o controle da situação. Acabou sendo preso e deposto (BEZERA NETO, 2001).

Francisco Vinagre assume o comando em 21 de fevereiro de 1835. Ele buscou desarmar os cabanos e restabelecer a ordem em Belém, impedindo a radicalização do movimento e declarando sua fidelidade a D. Pedro II. Nessa época chegou na Província uma esquadra comandada pelo tenente-coronel Pedro Cunha com a missão de colocar no comando da Província o governador indicado pela regência, Ângelo Custódio Corrêa. Ângelo Custódio Corrêa acabou sendo empossado em Cametá, enquanto Belém continuava sob a liderança de Vinagre.

O governo da regência nomeia Manuel Jorge Rodrigues como Presidente da Província e o encarrega, junto com Pedro Cunha, de colocar fim nos cabanos. Quando ele chega em Belém, Vinagre entrega a presidência a ele. O Marechal Rodrigues toma posse em Belém, enquanto vários grupos cabanos abandonam a cidade, alguns não aceitando se desarmar, mesmo que fossem anistiados. Outros grupos cabanos decidem persistir na luta pelas mudanças ainda não realizadas. Dessa forma, os cabanos tomam o rumo da vila de Vigia, atacando-a por duas vezes, sendo que na última tentativa parte significativa de sua população tomou o rumo de Belém (BEZERA NETO, 2001).

O Marechal Jorge Rodrigues reagiu ao ataque cabano à vila de Vigia e mandou prender Francisco Vinagre, enquanto os cabanos se reorganizavam sob a liderança de Eduardo Angelim e Antonio Vinagre para reconquistarem Belém das tropas legalistas. Com essa finalidade, desembarcaram no Engenho do Murutucu, nas proximidades de Belém, tomando o caminho da cidade, dando combate aos seus ocupantes, sendo morto durante essas lutas Antonio Vinagre. Em 23 de agosto de 1835 as forças legalistas do marechal retiraram-se para a ilha de Tatuoca, próximo de Belém.

Eduardo Angelim assume a presidência da Província. Durante seu governo faz frente as tropas da Regência e proclama lealdade a D. Pedro II, aceitando a Regência desde que ela respeitasse a autonomia da Província paraense, desistindo de enviar-lhes presidentes. Angelim, proprietário de engenho, mandou seu irmão usar a força necessária para recolocar os escravos em seu devido lugar, mandando fuzilar um dos líderes negros da

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE		PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

Cabanagem, “Patriota”. Os escravos e libertos que faziam a Cabanagem perceberam esta sua posição política, tanto que alguns grupos já se reúnem e formavam facções dentro da Cabanagem, à revelia da liderança de Angelim (BEZERA NETO, 2001).

Enquanto isso, Belém sofria com a crise de abastecimento, com a propagação da Varíola, e com os reforços militares mandados pela Regência, tornava cada vez mais difícil a manutenção do domínio cabano sobre Belém, obrigando os mesmos a abandonarem a cidade em 13 de maio de 1836, que fora ocupada pelo brigadeiro Soares de Andréa, novo presidente nomeado pela Regência. E foi assim que começou a derrocada da Cabanagem, com os cabanos entrando pelo interior da Província, sendo preso logo depois Eduardo Angelim. Mas o movimento cabano não ficou sem líderes, sempre houve lideranças importantes saídas das camadas populares, que levaram o movimento até o ano de 1840, quando o último grupo cabano se rendeu em Luzea, Amazonas (SILVEIRA, 1994).

Se a primeira metade do século XIX foi um período conturbado na história do Pará, de lutas da elite pelo poder político da Província e de rebeliões populares por uma vida melhor, a segunda metade do século XIX foi de *boom*, de esplendor e riqueza, ao menos para os novos ricos, a elite que enriqueceu com o comércio da borracha. Em meados do século XIX, a borracha vinha se firmando como líder entre os produtos amazônicos de exportação, porém a elite tradicional rejeitava o novo fenômeno econômico devido o produto não beneficiá-la, pois a sua produção era ligada a exportação de alimentos e não ao extrativismo vegetal (coleta da borracha). Quem se beneficiava com a coleta da borracha eram os pequenos produtores que gozavam de uma relativa autonomia e os comerciantes mercantis, com grande destaque para os portugueses que residiam no Pará. Era, então, uma nova elite que estava nascendo, a elite mercantil, que representava uma ameaça a ordem rural tradicional. Ou seja, nas primeiras décadas (1850, 1860 e até meados de 1870) o negócio da borracha representava uma ameaça a elite econômica proprietária de terra no Pará, porém a posição política desta elite continuava inabalável.

A partir de 1880, com o *boom* da borracha (aumento extraordinário dos preços da borracha, mas que não implicou em uma transformação estrutural de maior importância) a situação começa a mudar. Houve um impressionante desenvolvimento comercial na região que conseqüentemente beneficiou a elite que não estava diretamente envolvida no negócio da borracha, pois a expansão econômica gerou um crescimento da população urbana, que por sua vez aumentou a necessidade do consumo de alimentos básicos, artigos de luxo e obras públicas. Além disso, o governo do Pará passou a arrecadar somas imensas de dinheiro, o que gerava recursos para a concretização de serviços urbanos, melhorias de infra-estrutura e empreendimentos industriais. Todo esse desenvolvimento que ocorreu na cidade de Belém foi conseqüência direta da economia da borracha, que nos seus primeiros anos foi dificultada pelo governo do Pará e pela elite proprietária de terra. Com o *boom* da borracha, todos passaram a se beneficiar, com exceção do seringueiro (coletor da borracha, trabalhador). Para este a vida no interior continuava monótona e desumana contrastando enormemente da vida na cidade, que era então, tumultuada e moderna. de prédios luxuosos, cafés, luz elétrica, ferrovias, na criação de uma nova estética (SARGES, 2000).

Com o dinheiro da borracha o prefeito Antônio Lemos (1897-1911) modernizou Belém dentro do que se entendia por modernização à época, ou seja, expansão da riqueza tendo como característica o avanço tecnológico (revolução industrial), construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, urbanização e crescimento das cidades, mudanças de comportamento das pessoas dentro e fora de casa, transformação das ruas em lugares onde as pessoas se misturassem e mostrassem seu poder e riqueza. A elite de Belém passa a ter um comportamento e um vestuário diferenciado, em uma cidade de prédios luxuosos, cafés, luz elétrica, bonde, ferrovias, cinema, palacetes, museu e teatro, os símbolos do progresso (SARGES, 1990).

Os pobres, a população comum, que foi desalojada das suas habitações no centro e transferidas para lugares distantes da modernizada e civilizada Belém da virada do século XIX para o XX, não fazia parte do espetáculo da *belle époque*. Essa gente não adquiriu os gostos afrancesados, sua diversão não era a Ópera do teatro da Paz, mas o samba e o batuque, e o seu dia a dia era repleto de muito trabalho.

Essas pessoas não tinham muito que festejar: Suas casas por vezes eram invadidas pela segurança sanitária ou pela polícia, eram obrigados a pagar multas por participarem de crenças religiosas diferente da oficializada pelo Estado. Os rituais religiosos de tradição afro - indígena eram vistos como feitiçaria, prática ilegal da

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01**

medicina, ou perturbação do sossego público. A realidade da população pobre era lavar roupa nos rios, trabalhar nas ruas, no mercado (FIGUEIREDO, 1997).

É bom deixar claro que o termo *belle époque* é uma criação da elite paraense da época que enriqueceu com a economia da borracha e que realmente desfrutou da “bela época” de Belém. Mas apesar da *belle époque* ser uma invenção das elites, haviam pessoas humildes acreditando que a vida na cidade havia melhorado. Muitas dessas pessoas iam à praça assistir uma apresentação de música erudita, por exemplo. Era quando se dava a mistura de ricos e pobres na capital mundial da borracha (FIGUEIREDO, 1997)..

É clara a vinculação da economia da borracha com o capital estrangeiro e o mercado externo. Isso explica porque os países que descobriram e valorizaram o potencial industrial da borracha, apostando no crescimento econômico da região, foram os mesmos que a levaram à decadência.

Tudo começou com a chegada no Pará do botânico inglês Alexander Wickham. Em 1876 Wickham embarcou clandestinamente, no navio britânico Amazonas, cerca de 70 mil sementes da *Hevea brasiliensis**. Chegando ao Jardim Botânico de Kew, Inglaterra, a seringa foi estudada e aclimatada para o cultivo no sudeste asiático. O resultado disto foi a quebra do monopólio amazônico da produção da borracha, uma vez que esta região não tinha o controle técnico da produção da borracha. Já em 1910 a produção da Amazônia já respondia por apenas 50% do consumo mundial e, quinze anos depois, por apenas 5%.

Começou, então, a fase da decadência da borracha na Amazônia e o fim da nossa belle époque (WEINSTEIN, 1993).

No Pará dos anos de 1920 se repetia a mesma estrutura política organizada pelas oligarquias federais, com as oligarquias locais dominando o Estado política e economicamente através da prática do “autoritarismo, o distanciamento com as bases populares, a fraude eleitoral, as perseguições, as depurações eliminando os indesejáveis”. Além disso, nosso Estado ainda estava falido e sem nenhum meio de sair da penúria em que se encontrava: todos os serviços essenciais do Estado (educação, saúde, transporte, judiciário) tanto na capital como no interior estavam um caos, com os salários do funcionalismo público atrasados mais de seis meses. O Estado não tinha recursos, e ao que parece os oligarcas não tinham interesse em saldar a dívida externa e interna. A nossa imprensa oposicionista, representada enfaticamente pelos jornais *O Estado do Pará* e *A Província do Pará* noticiavam os problemas e criticavam os oligarcas diariamente. Esse grupo político oligárquico era o responsável por definir as eleições no Pará. Ele era formado por nomes como Apolinário Moreira, Paulo Maranhão, Cypriano Santos, Camilo Salgado, Deodoro de Mendonça, Cyriaco Gurjão, Abel Chermont, Dyonísio Bentes, Eurico Valle, dentre outros (COIMBRA, 1981).

No Pará os conflitos oligárquicos de nível nacional ganharam uma dimensão mais acirrada com o governo de Dionísio Bentes (1925-1929). Este foi escolhido governador do Estado a partir da estrutura eleitoral das oligarquias federais, ou seja, sem oposição. No seu discurso, apresentava uma política de conciliação, baseada no trabalho, na justiça e na honestidade. Seu objetivo seria: reerguer nossa agricultura, incentivar nossos principais produtos, como a borracha e o cacau, revisar a legislação fiscal, sanear as contas do Estado, revisar a legislação de terra para garantir os interesses dos colonos e incentivar a imigração japonesa e nacional para as zonas rurais do Estado. E tudo isto, evitando novos empréstimos e buscando sempre prestar contas à população através da imprensa. Dionísio Bentes, em seus quatro anos de governo, teve, porém, uma conduta autoritária, violenta, fraudulenta. Censurou a imprensa, perseguiu jornalistas, distribuiu terras do Estado a grupos estrangeiros. Seu governo foi “o catalisador das forças que no âmbito da sociedade civil lutariam mais tarde pela derrubada da primeira República”. O governo de Bentes foi o apogeu do autoritarismo arbitrário da oligarquia paraense que, através da força, buscava calar as oposições. Em vez de beneficiar os colonos, como havia prometido, o governo distribuiu as terras para grupos estrangeiros, oligarcas, amigos, parentes, coronelários, burocratas (COIMBRA, 1981).

Eurico Vale (1929), governador que sucedeu Bentes, é considerado pela historiografia mais prudente que todos os governadores anteriores, tentando corrigir injustiças e fraudes e sanear as contas do Estado. Porém, mesmo com a “boa vontade” do último governador eleito no esquema das oligarquias no Pará, o clima de descontentamento e revolta já era fato na região. Todos os problemas trazidos pelas administrações anteriores fomentaram no povo paraense a insatisfação, a propensão à revolta. E esses descontentamento levaram à revolução de 1930 no Pará e ao governo de Magalhães Barata.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

Barata buscou criar um imaginário em que era predestinado pelo destino e pela sua conduta de revolucionário a dirigir a nação paraense, o povo paraense. Barata, Estado e povo tinham o mesmo valor, os mesmos interesses, os mesmos objetivos. Foi durante essa sua primeira interventoria que ele construiu entre os populares o imaginário baratista. Para Barata governar significava algo pessoal, uma doação pessoal por parte do líder, exclusiva, e que exigia como resposta a total aceitação dos governados. Neste caso a sua liderança era intocável, e diante dela as vontades individuais deveriam se anular.

Para construir esse imaginário de forma eficaz, Barata iniciou um novo estilo de governar. Ele abriu as portas do palácio do governo para qualquer pessoa que solicitasse uma audiência. Às vezes não era necessário nem solicitar as audiências, bastava esperar para ser atendido. Era a forma que ele encontrou para se aproximar da população mais necessitada. As pessoas com problemas simples, do cotidiano, conseguiam acesso ao governador. Este arrumava soluções provisórias para os problemas dessas pessoas. Assim ele criava em torno de si uma áurea de bondade, de nobreza de sentimentos, de igualdade, de pai, de protetor dos mais necessitados. Barata se comportava com simplicidade ao receber a população. Além disso, ele pessoalmente, percorreu inúmeras vezes todos os municípios do estado do Pará. Nas suas viagens, ele distribuía pessoalmente medicamentos, alimentos, roupas, médicos, dentistas e barbeiros.

Afinadíssimo com o governo de Vargas, Barata procurou desenvolver uma política de amparo ao operariado, através da Liga Nacionalista do Pará. Criou também a Secretaria de Educação e Saúde Pública, fundindo o ensino municipal ao estadual, construindo escolas e adaptando o calendário letivo as condições climáticas da Amazônia. Se tinha que ensinar desde os primeiros anos escolares os princípios da revolução de 1930, para que as massas a apoiassem sempre. Para isso era fundamental a escolha da “professora”. Esta tinha que se dedicar totalmente ao outro. Muito mais que seu preparo pedagógico, era seu esforço e sua autoridade. A construção de uma sociedade educada e saneada deveria ser o objetivo maior do exército de professoras que atuavam em todos os municípios do Estado. Essa sociedade, segundo Barata, era pré-requisito para se obter os trabalhadores ideais, que construiriam o Estado brasileiro moderno.

Em 1935 deveria ocorrer uma sucessão no governo do estado do Pará. Barata desejava permanecer no cargo, mas havia várias insatisfações em relação ao seu governo autoritário: atritos com comerciantes, problemas com os marchantes, desentendimento com os donos de Jornais (imprensa – Paulo Maranhão), grande agitação entre os trabalhadores, e desentendimentos dentro do próprio grupo político de Barata. Isso tudo levou a uma grave crise pelo poder. Neste ano a Assembléia Estadual Constituinte deveria escolher o governados. Eram 30 deputados no total. O partido liberal, partido do Barata, conseguiu eleger 21 deputados para essa assembléias. Porém, 7 destes deputados liberais passaram para a oposição. Eles pediram asilo no Quartel General do Exército, impedindo que Barata continuasse no poder. Barata e seu grupo de apoio ainda tentaram permanecer no poder. Chamaram os suplentes dos deputados asilados e obtiveram a vitória nas eleições. Mas a agitação política era muito forte. A oposição entrou com recurso nos tribunais e as eleições foram declaradas nulas. As ruas de Belém ficaram em guerra. Houveram mortos e feridos em vários confrontos. O próprio Getúlio Vargas mandou um telegrama para Barata pedindo que ele desistisse do governo do Estado, devido a confusão que estava ocorrendo no Estado. Vargas nomeou um novo interventor, o major Roberto Carneiro de Mendonça. Este foi substituído por outro, também interventor e apoiados pelo grupo do Barata, José carneiro da Gama Malcher, que governou até Barata retornar, em 1943. Barata ainda foi eleito pelo povo no período de 1956 a 1959.

Nas décadas de 1960 e 1970, Belém foi governada por militares, uma vez que o Brasil se encontrava em regime ditatorial militar. Com a redemocratização na década de 1980, o PMDB assume o comando do Estado, na figura de Jader Barbalho, político de grande influencia até os dias atuais, no cenário nacional e regional.

5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
1616	Fundação de Belém

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE		PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

1619	Comandados por Guaimiaba, índios Tupinambás tentam expulsar portugueses da região.
1622	Forte do Presépio é reconstruído com taipa de pilão e três baluartes. Ordenada a construção da Igreja de São João
1626	Chegada dos capuchos de Santo Antônio à cidade
1640	Chegada dos frades da ordem calçada de N. S. das Mercês. Ergue-se o Convento e a igreja dos Mercedários.
1663	Erige-se a Casa da Alfândega, nas proximidades da casa do Ver-o-Peso. Jesuítas recebem permissão para construir seu convento.
1700	Plácido encontra a imagem de Nossa Senhora de Nazaré
1714	Igreja de N.S. da Graça é destruída para que se erga um novo prédio.
1720	Construção da primeira ermida dedicada a Nossa Senhora de Nazaré
1748	Bispo do Pará lança pedra fundamental do atual edifício da Catedral da Sé Início da construção do prédio atual da igreja e convento do Carmo, com projeto de Pedro Ludardo.
1751	Chegada de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Belém
1753	O engenheiro João André Schwebel faz a primeira planta da área urbana da cidade
1755	Criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão
1773	D. João Evangelista oficializou a devoção à Nossa Senhora de Nazaré
1792	O governador da Capitania do Grão-Pará, D. Francisco de Souza Coutinho determina que, a partir de 1793, se estabelecesse uma feira geral nos fins de setembro de cada ano nos dias em que se costuma festejar Nossa Senhora de Nazaré
1793	1º Círio
1794	Os frades da Ordem de N.S. das Mercês são expulsos do Pará. Sua igreja passa a ser ocupada pela irmandade militar do Senhor Santo Christo. A Igreja dos jesuítas, que era utilizada por essa irmandade, passa às mãos da Confraria da Santa Casa de Misericórdia.
1823	Encomenda-se a iluminação pública à base de óleo de andiroba.
1835	Cabanos ocupam o arraial de Nazaré. Não há Círio neste ano
1839	Extingue-se a repartição do Ver-o-Peso, sendo que o imposto que era ali cobrado passa a ser recolhido na recebedoria provincial e a casa onde funcionava a repartição se torna uma ribeira de peixe. Até aqui Belém só tinha um pequeno cais de pedra, do convento de Sto. Antônio até a tv. das Gaivotas e uma rampa de desembarque entre essa travessa e a doca do Ver-o-Peso.
1841	Inauguração do cemitério israelita O viajante norte-americano Deniel Kidder descreve a cidade de Belém.
1850	Inauguração do Cemitério da Soledade. Reconstrução do Forte do Castelo Criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas
1855	Corda é utilizada pela primeira vez, para retirar a berlinda de um atoleiro
1861	Inaugura-se iluminação pública à base de gás carbônico.
1868	Oficialização da corda no Círio
1874	Inauguração do cabo telegráfico submarino, que ligava Belém à Pernambuco, Bahia e Rio de

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE		PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

	Janeiro. 10 crianças negras foram libertas por ocasião da inauguração.
1883	Instalação do serviço permanente de abastecimento de água potável em Belém; a água encanada alcançava 100 casas. Mudança da Câmara municipal de Belém para o palacete da presidência
1896	Inauguração da iluminação elétrica.
1901	Dom Francisco do Rêgo Maia fixou o segundo domingo de outubro como a data oficial do Círio
1909	Inauguração do primeiro lance de cais do Porto de Belém.
1910	A Diretoria da Festa foi oficialmente constituída
1912	Inauguração do Reservatório de água Paes de Carvalho
1926	Dom Irineu Joffily determina a abolição da Corda que circundava a berlinda
1931	Retorno da corda ao Círio, sob influência de Magalhães Barata
1938	Desativação do reservatório de água Paes de Carvalho
1950 (década)	Construção dos primeiros edifícios altos na av. Presidente Vargas.
1953	Imagem original de Nossa Senhora de Nazaré recebe manto bordado a ouro e pedras preciosas
1963	Introdução de uma nova Berlinda gera protestos dos devotos
1960 (década)	Multiplicação de edifícios altos na cidade de Belém
1960 (década)	Construção de grandes conjuntos habitacionais como Marambaia, Cidade Nova, etc... a partir da primeira légua.
1970 (década)	Áreas de invasão se multiplicam na cidade de Belém
1970	Presidente Emílio Garrastazu Médici acompanha o Círio de Nazaré
1971	Lei nº 4.371, de 15/12/1971, estabelece que Nª Sª de Nazaré é merecedora de honras de Chefe de Estado
1973	Criação da Região Metropolitana de Belém (Belém e Ananindeua).
1974	Criação da Guarda de Nossa Senhora de Nazaré
1979	Presidente João Batista Figueiredo acompanha o Círio de Nazaré; Participação da primeira e única mulher na Diretoria da Festa, a irmã Marta Bechir Elias
1980	Papa João Paulo II abençoa o povo paraense com a imagem de Nossa Senhora de Nazaré
1981-1983	Ocorrem manifestações do Movimento para a Libertação dos Presos do Araguaia durante o Círio
1985	Presidente José Sarney acompanha o Círio. Ocorrem protestos pela reforma agrária, pelos direitos dos negros e pela liberdade de propaganda política
1986	Criação da Romaria Fluvial
1988	Diretoria da Festa decide abolir crachás para convidados especiais e a corda das autoridades
1989	Criação da Romaria Rodoviária
1990	Criação da Romaria dos Motoqueiros; realização do primeiro Círio das Crianças; imagem achada por Plácido, sua Coroa e seus mantos foram tombados pela lei 5.629, de 20 de dezembro de 1990
1991	Início da Procissão dos Rodoviários
1992	200 anos de Círio; imagem original é utilizada na procissão. Firmado um convênio para implementação do Programa de Recuperação da Baixada do Uma

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE		PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----

	(Macro drenagem do Uma) entre Cosanpa e a PMB, contando com a interferência do governo do estado do Pará.
1993	Inauguração do Shopping Castanheira na fronteira entre os municípios de Belém e Ananindeua. Realizada pela primeira vez a cerimônia de apresentação do manto, ocasião em que o manto é apresentado aos diretores, imprensa e convidados.
1995	Instituição da Região Metropolitana de Belém com a inclusão dos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides. O atrelamento da corda na berlinda deixou de ser feito na Praça Frei Caetano Brandão, em frente à Catedral, passando para a Avenida Boulevard Castilho França com a Avenida Portugal.
1996	Município de Santa Bárbara passa a fazer parte da Região Metropolitana de Belém
1998	Criação da Lei de Desenvolvimento Urbano (LDU) Lei nº 7.401/88. Inaugurado o conjunto formado pela Igreja de Santo Alexandre e o antigo Palácio Episcopal como Museu de Arte Sacra do Pará (MAS), em 28 de setembro de 1998. A obra integra o Projeto Feliz Lusitânia, empreendido pelo Governo do Estado, através da Secretaria Executiva de Cultura (SECULT), com o objetivo de restaurar o patrimônio pertencente ao primeiro sítio urbano da cidade de Belém. Fazem parte do projeto, ainda, um casarão anexo à Igreja de Santo Alexandre, o Forte do Castelo e o Casarão das Onze Janelas, marcos da colonização na Amazônia. Inaugurado o Mercado de São Braz que sofreu intervenção da prefeitura entre 1995/1998 transformando-se num centro comercial popular, numa tentativa de aquecer a economia e a geração de emprego e renda. O comércio ambulante que havia no entorno do Mercado foi remanejado para o interior do edifício em pequenos boxes. Revitalização da área do Ver-o-peso. Reforma promovida pela Prefeitura Municipal de Belém visando uma intervenção ampla que contemplasse o aspecto arquitetônico, urbanístico, paisagístico, educacional, e a qualificação no padrão de atendimento e de trabalho dos feirantes que atuam neste local.
2000	Realizou-se o Círio mais demorado de todos os tempos. A imagem da Virgem de Nazaré chegou à Basílica às 15:45 horas. A corda ficou atrelada à berlinda o tempo todo, tanto na trasladação como no círio.
2002	Inauguração do Estádio Olímpico do Pará (Mangueirão) após grande reforma. Círio de Nazaré é inventariado para fins de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01**

Mosaico Aerofotogramétrico Parcial da cidade Belém.

Fonte: CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, 1998.

7. LEGISLAÇÃO

PARÁ – 20/07/1984 – Bem Tombado: Sobrado que abriga a Secretaria de Segurança Pública – SEGUP

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01**

PARÁ – 07/08/1985 – Bem Tombado: Sobrado do Grupo Escolar Floriano Peixoto (Atual Casa da Linguagem)

PARÁ – 01/08/1988 – Bem Tombado: Área localizada a Praça Visconde do Rio Branco, bem como as ruas Gaspar Viana e Santo Antônio e as Travessas Frutuoso Guimarães e sua paralela nos trechos correspondentes ao entorno da referida Praça.

PARÁ – 16/01/1989 – Bem Tombado: Prédio e terreno da Escola Estadual de 1º grau “Barão do Rio Branco”

PARÁ – 24/01/1992 – Bem Tombado: Chalé de Ferro do Bosque Rodrigues Alves e Chalé de Ferro do Campus Universitário do Guamá

PARÁ – 11/03/1992 – Bem Tombado: Acervo Arqueológico de Cerâmica Marajoara

PARÁ – 25/03/1992 – Bem Tombado: Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, incluindo-se Imagem original de Nossa Senhora de Nazaré, sua coroa e seus mantos

PARÁ – 12/08/1994 – Bem Tombado: Prédio do Instituto do Desenvolvimento Econômico – Social do Pará – IDESP. (antiga residência de José Leite Chermont) e atual Centro Integrado de Governo

PARÁ – 05/02/1996 – Bem Tombado: Conjunto Arquitetônico da Universidade do Estado do Pará – UEPA

PARÁ – 05/02/1996 – Bem Tombado: Palacete José Júlio de Andrade

PARÁ – 21/01/1998 – Bem Tombado: Conjunto Arquitetônico formado pelos imóveis N° 1480, 1490, 1482, E 1466, à Rua dos Mundurucus – Batista Campos

PARÁ – 19/02/1999 – Bem Tombado: Imóvel da Antiga Faculdade de Medicina (Atual Centro de Ciências da Saúde da UFPA)

PARÁ – 19/02/1999 – Bem Tombado: Sede da Delegacia Regional do MEC (Antiga Escola de Aprendizes e Artífices)

PARÁ – 04/08/1999 – Bem Tombado: Imóvel da Antiga “Residência do Intendente Antônio Lemos” (Atual Sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)

PARÁ – 14/10/1999 – Bem Tombado: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Barão do Rio Branco, Antigo Largo da Trindade, Incluindo a Igreja da Trindade

PARÁ – 15/06/2000 – Bem Tombado: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Belém: Área Portuária, Edifício-Sede da CDP, Reservatório Elevado em Estrutura Metálica e Monumento a Pedro Teixeira

PARÁ – 19/04/2001 – Bem Tombado: Imóvel do Instituto Carlos Gomes

PARÁ – 20/12/2002 – Bem Tombado: Antigo Palacete Augusto Montenegro, (Atual Museu da UFPA)

PARÁ – 26/08/2004 – Bem Tombado: 89 (Oitenta e Nove) Instrumentos da Banda de Música Lauro Sodré

PARÁ – 26/08/2004 – Bem Tombado: Hotel do Farol e a Ilha dos Amores

PARÁ – 04/10/2004 – Bem Tombado: Palacete Passarinho

PARÁ – 26/01/2005 – Bem Tombado: Imóvel da Sede Social do Clube do Remo

PARÁ – 28/04/2005 – Bem Tombado: Coleção de Cerâmica Tapajônica

PARÁ – 13/11/2006 – Bem Tombado: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Departamento de Estradas e Rodagem /DER – Atual SETRAN

PARÁ – 02/01/2007 – Bem Tombado: Acervo do Museu de Arte Sacra de Belém

BRASIL – 03/01/1994 – Bem Tombado: Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi

BRASIL – 28/07/1964 – Bem Tombado: Praça Frei Caetano Brandão: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico.

BRASIL – 09/11/1977 – Bem Tombado: Ver-o-Peso: conjunto arquitetônico e paisagístico

BRASIL – 30/05/1940 – Bem Tombado: Coleção arqueológica e etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi.

BRASIL – 23/01/1964 – Bem Tombado: Cemitério de Nossa Senhora da Soledade: conjunto paisagístico

BRASIL – 03/01/1941 – Bem Tombado: Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Capela da Ordem Terceira.

BRASIL – 03/01/1994 – Bem Tombado: Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi.

BRASIL – 17/12/1964 – Bem Tombado: Hospital Militar: prédio (Prédio à Praça Caetano Brandão)

BRASIL – 23/05/1950 – Bem Tombado: Solar do Barão de Guajará

BRASIL – 21/06/1963 – Bem Tombado: Teatro da Paz

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	04	01	10	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

BRASIL – 09/11/1967 – Bem Tombado: Ver-o-Peso: conjunto arquitetônico e paisagístico
BRASIL – 03/01/1941 – Bem Tombado: Igreja de Santo Alexandre e antigo Colégio dos Jesuítas
BRASIL – 03/01/1941 – Bem Tombado: Igreja de São João Batista
BRASIL – 14/08/1986 – Bem Tombado: Palacete Pinho
BRASIL – 07/07/1942 – Bem Tombado: Palacete Azul (Palácio Antônio Lemos; Casa no Largo do Palácio, 29).
BRASIL – 20/08/1974 – Bem Tombado: Palácio do Governo (Palácio Lauro Sodré).
BRASIL – 21/08/1944 – Bem Tombado: Palácio Velho
BRASIL – 03/01/1941 – Bem Tombado: Convento e Igreja de Nossa Senhora das Mercês
BRASIL – 28/08/1962 – Bem Tombado: Forte do Castelo
BRASIL – 03/01/1941 – Bem Tombado: Igreja da Sé
BRASIL – 23/05/1950 – Bem Tombado: Igreja de Nossa Senhora do Rosário
BRASIL – 08/10/1981 – Bem Tombado: Engenho do Murucutu: ruínas e Capela de Nossa Senhora da Conceição.
BRASIL – 05/10/2004 – Bem Registrado: Círio de Nossa Senhora de Nazaré

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Na capital do Estado do Pará há um encontro de uma diversidade de manifestações culturais quase que impossível de ser enumeradas. As práticas mais antigas referentes a este segmento da cultura popular na cidade e seu entorno começam pelos grupos de bois-bumbá, os cordões de pássaros e as quadrilhas juninas, todas com datações histórica indeterminadas, porém é no século XVIII que se tem os primeiros registros dessas manifestações. O carimbó tal qual ainda é verificável principalmente com os grupos da zona do Salgado Paraense, chega a Belém na primeira metade do século XX quando da imigração de pessoas oriundas do interior do Estado, notadamente da referida Zona. As indicações e os relatos feitos pelos entrevistados, além do que se pode verificar na bibliografia e documentos disponíveis para o INRC/Carimbó da Mesorregião Metropolitana de Belém, demonstram uma cronologia histórica deste bem cultural na cidade, onde se observa um nascimento (primeira metade do século XX), o apogeu (década de 1970), a decadência (décadas de 1980 e 1990) e uma retomada (segunda metade da década de 1990 até os dias atuais). Estes fatos estão bem mais desenvolvidos no relatório de atividades deste trabalho.

No que confere aos principais problemas enfrentados pelos grupos e/ou conjuntos de carimbó em Belém, há uma unicidade discursiva quanto à falta de apoio por parte do poder público (municipal e estadual) no que concerne, dentre outras coisas, a possibilidades de aproveitamento do carimbó como um dos ícones da cultura popular paraense no sentido de se criar espaços na cidade para que o mesmo possa ser visto, já que, segundo a maioria dos entrevistados, o carimbó (em sua versão mais tradicional, também chamado “raiz”) só pode ser visto no interior do Estado, principalmente na cidade de Marapanim. Além disto, há uma tendência por parte dos órgãos de turismo de simular o que ainda resta de mais autêntico no carimbó através do uso de grupos chamados de “releituras” nos principais pontos turísticos da cidade. Os acessos a espaços públicos, à mídia em geral, a falta de apoio e instrução para a formatação de projetos, o não aproveitamento dos saberes daqueles considerados fontes mais antigas do carimbó na cidade, o cada vez menor numero de grupos de carimbó “pau-e-corda” (como também são identificados os grupos tradicionais), são algumas das principais reivindicações dos grupos e pessoas envolvidas na manifestação.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****04****01****10****F11****01****7.2. RECOMENDAÇÕES**

Belém, assim como quase todas as grandes metrópoles, constitui-se como uma cidade em constante transformação em todas as áreas de seu funcionamento (econômico, político, social e cultural). As mudanças culturais, decorrentes dessas transformações na cidade podem ser observadas através das formas de uso e apropriação (característica das grandes cidades) de seus bens culturais. Neste sentido, é notório, no caso específico das manifestações culturais como o carimbó, o modo pelo qual estes bens foram paulatinamente perdendo espaços e consequentemente seu público. A dinâmica de uma manifestação cultural em uma grande cidade como Belém é bem diferente do que ainda pode ser observado em algumas localidades do interior do Estado. As práticas culturais não são contextualizadas nos rituais religiosos e seculares com acontecimentos pontualmente determinados, por outro lado, as mesmas passam a seguir uma ordem que segue o movimento cultural da cidade. Assim, o carimbó, como um dos bens culturais ainda praticados na cidade, segue as mesmas determinações e não deve ser visualizado, no caso de Belém, como uma referência cultural do interior presente na cidade. Cabe aos órgãos e instituições responsáveis pelo fomento das práticas culturais na cidade perceber suas dinâmicas mais a fundo, no sentido de compreender seu papel no atual momento histórico onde há um movimento planetário de busca por aquilo que os lugares significam a partir de suas vivências e experiências mais autênticas.

A ausência de espaços para a prática do carimbó em Belém é um problema crônico de insensibilidade por parte dos governantes por uma demanda legítima não só por parte dos grupos, mas também por quem visita a cidade. Mesmo nos bairros periféricos, onde estão localizados a grande maioria dos grupos, não há (exceto no Distrito de Icoaraci) uma única opção de se apreciar tal prática. Com isso, sobram queixas por parte dos grupos, já que, nos lugares privados não há espaço.

Em Belém ainda é possível encontrar com personalidades históricas do carimbó cujos saberes vão se perdendo no tempo e com eles toda uma possibilidade de se compreender a história da constituição desta manifestação na cidade. Neste sentido, a documentação iniciada pelo INRC/Carimbó, pode vir a ser aproveitado como fonte primária de futuras pesquisas e base de informação para a formulação de políticas públicas mais eficientes para as manifestações culturais que ainda persistem na capital do Estado.

9. DOCUMENTOS ANEXADOS**OBS.: VER ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	PA 04 01 10 F11 A3
ANEXO 4: CONTATOS	PA 04 01 10 F11 A4
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

PESQUISADOR(ES)	Edgar M. Chagas Jr., Andrey Faro de Lima, Marta Geórgia de Souza, Maira Oliveira Maia		
SUPERVISOR	Edgar M. Chagas Jr		
REDATOR	Edgar M. Chagas Jr e Maíra Oliveira Maia		DATA Março de 2010
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Superintendência do Iphan no Pará		